DIARIO OFFICIAL

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 198

RIO DE ANEIRO

SABBADO 26 DE JULHO DE 1890

DIARIO OFFICIAL

Em relação á local d'O País, de hontem, acerca de costuras do Arsenal de Guerra, declara-se que a medida tomada de se chamar concorrência para a manufactura e compra de diversos artigos de que carece o Ministerio da Guerra, é toda occasional, attenta a urgencia de providenciar-se sobre os instantes pedidos dos corpos do exercito e não poder o Arsenal dar vasão ao trabalho com a precisa celeridade.

Não está no pensamento de S. Ex. o Sr. Ministro privar as familias honestas desse meio de subsistencia que lhes fornece o Estado.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 532—DE 19 DE JULHO DE 1890

Concede autorização á Companhia de Salinas Norte e Sul do Brazil para organizar-se

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em Nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia de Salinas Norte e Sul do Brazil, resolve conceder-lha autorização para organizar-se com os estatutos que apresentou e mediante as clausulas que com este baixam; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pelo art. 3º do decreto n. 164 de 17 de janeiro do corrente anno.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Salas das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 19 de julho de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO da FONSECA.

Q. Bocayuva.

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 532 DESTA DATA

I

A companhia é obrigada a respeitar em toda a sua plenitude as concessões já feitas para a exploração e purificação do sal, assim como outras que para identicos fins o Governo haja de fazer.

II

A mesma companhia sempre que tiver de adquirir terrenos de marinha, ainda não aforados, ou devolutos, deverá requerel-os ás respectivas camaras municipaes ou ao Governo, conforme o dominio a que estiverem sujeitos os mesmos terrenos.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1890.—Q. Bocayuva.

Estatutos da Companhia de Salinas Norte e Sul do Brazil

I

A Companhia de Salinas Norte e Sul do Brazil, é uma sociedade anonyma fundada nesta capital, onde terá sua sede, foro juridico e administração.

II

Os fins da sociedade são:

1.º Estabelecer e comprar salinas no Norte e Sul da Republica nos pontos mais apropriados para este fim.

2.º Vender os seus productos e os que comprar a outros salineros, podendo mesmo estabelecer succursaes em qualquer ponto da Republica ou do estrangeiro.

3.º Adquirir embarcações a vapor e a vela de pequena e grande lotação, conforme as exigencias do serviço da companhia.

4.º Edificar nos terrenos que a companhia possuir, ou adquirir, as edificações precisas para a administração e pessoal empregado nos trabalhos das salinas.

III

O prazo da duração da companhia será de 30 annos, contados da data effectiva do registro destes estatutos, que poderá ser prorogado.

Antes de findo este prazo, só poderá ser resolvida a quitação, aliás a liquidação ou dissolução, caso se verifiquem as hypothses previstas, na legislação actualmente em vigor ou por deliberação de uma assembléa geral dos accionistas expressamente convocada e na qual estejam representadas, pelos menos, duas terças partes do capital emitido.

IV

O capital da companhia será de 2.000:000\$, divididos em 10.000 acções de 200\$ cada uma.

Este capital poderá ser augmentado, si o desenvolvimento da companhia assim o exigir e a assembléa geral dos accionistas assim o resolver.

As acções serão nominativas e indivisiveis e quando uma representar dous ou mais condominios, um delles com autorização dos demais exercerá os direitos conferidos por estes estatutos.

V

As entradas sobre as acções serão realizadas, a 1ª, a razão de 10 %, no acto da subscrição e as seguintes nas épocas prescriptas pela directoria, na razão maxima de 10 % e com intervallo nunca menos de trinta dias, precedendo avisos publicados, nunca menos de tres vezes nos jornaes de maior circulação, com antecedencia minima de 15 dias.

Os accionistas que não realizarem o pagamento no prazo fixado pela directoria, e o realizarem dentro dos 30 dias subsequentes, incorrerão na multa de 5 % sobre a prestação retardada; os que excederem este prazo perderão em beneficio da companhia o capital que tiverem pago, e as suas acções serão declaradas em comisso, salvo caso de força maior, devidamente justificado perante a directoria.

A companhia poderá reemittir as acções que cahirem em comisso e o seu producto será levado á conta de fundo de reserva.

VI

A directoria fica com todos os poderes, autorizada a emittir obrigações com juro fixo, garantidas pelo seu activo e amortizaveis por sorteio ou compra dos mesmos.

VII

A administração superior da companhia será exercida por uma directoria composta de quatro membros eleitos pela assembléa geral dos accionistas, por escrutinio secreto e maioria absoluta dos votos presentes; e não se verificando maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo escrutinio entre os candidatos mais votados. Si houver empate, decidirá a sorte.

No segundo escrutinio a maioria designa os eleitos.

VIII

Para poder exercer o cargo de director é necessario possuir, pelo menos, 100 acções, que serão caucionadas á companhia, não podendo ser oneradas nem alienadas enquanto não tiverem sido approvadas as contas e os actos do sua gestão.

O mandato da directoria durará pelo prazo de seis annos, contando-se o primeiro da data da installação legal da companhia e os subsequentes da data da eleição, salvo o disposto no art. X. E' permittida a reeleição dos directores.

X

No caso de impedimento por molestia ou ausencia temporaria de algum director, poderão os outros nomear accionista idoneo para o substituir, até que o impedido entre no exercicio do seu cargo.

Quando por motivo de renuncia, fallecimento ou interdicção legal de algum director se verifique vaga na directoria, os directores em exercicio, nomearão accionista que o possa preencher até á primeira reunião da assembléa geral, a qual o elegerá e exercerá o mandato até a época fixada para a eleição da directoria.

XI

São attribuições e deveres da directoria ;

1.º Dirigir e fiscalisar collectiva e individualmente os interesses da companhia, exercendo todas as attribuições inherentes ao mandato, especializadas ou não nestes estatutos.

2.º Nomear um de seus membros ou administradores profissionaes de sua confiança, ou gerentes, nos quaes poderá delegar os poderes que sejam necessarios do regular andamento dos estabelecimentos e fabricação, inclusive os de admitir ou demittir os empregados subalternos e operarios.

3.º Nomear e demittir qualquer empregado da companhia.

4.º Celebrar contracto e escripturas para aquisição de materiaes, machinismo, utensilios e embarcações precisas, podendo tambem fazer encommendas directa ou indirectamente o as obras por administração ou empreitada.

5.º Vender ou autorisar a venda dos productos da fabrica e quaesquer outros effeitos pertencentes á companhia, excepto bens immoveis, que só serão alienados por autorisação expressa da assembléa geral.

6.º Finalmente exercer livre e geral administração, para o que fica investida de todos os poderes, inclusive os de procurador em causa propria.

XII

E' valida toda a deliberação da directoria que tiver sido adoptada por tres directores concordes, ainda mesmo na ausencia do quarto director.

XIII

Nas reuniões em que se tiver de resolver qualquer aquisição de propriedades ou bens de raiz, bem como a venda de qualquer dos existentes, exigem-se votos concordes dos quatro directores, sendo a manifestação dos ausentes em serviço da companhia, feita por escripto e com sciencia do conselho fiscal.

XIV

Os directores elegerão entre si os cargos de presidente, secretario, thesoureiro e gerente tecnico.

XV

São deveres e attribuições do presidente;

1.º Velar pela fiel execução dos presentes estatutos.

2.º Presidir ás sessões da directoria, que devem realizar-se pelo menos duas vezes mensalmente, e convocar quantas sessões extraordinarias julgar precisas, ou lhe sejam requisitadas por algum dos directores.

3.º Convocar as assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias e representar a companhia em juizo ou fora delle, nos termos em que a directoria o houver previamente resolvido.

4.º Assignar os titulos de acções conjunctamente com o thesoureiro, e quaesquer outros que representem divida da companhia.

XVI

Ao Secretario compete :

1.º Substituir o presidente e o thesoureiro, no caso de impedimento de algum delles.

2.º Redigir e escrever ou mandar escrever as actas das sessões da directoria.

3.º Dirigir e fiscalisar o escriptorio e vigiar que a escripturação seja feita com inteira regularidade.

4.º Assistir ás exames que tiverem de ser feitos pelo conselho fiscal e fornecer-lhe todos os documentos que elle exigir.

São deveres do thesoureiro :

1.º Promover a cobrança de todas as quantias devidas á companhia.

2.º Effectuar os pagamentos que forem resolvidos pela directoria, quer por compras de qualquer especie, quer por obras e serviços do pessoal empregado nos estabelecimentos.

3.º Depositar no banco que for designado pela directoria todas as quantias arrecadadas, não podendo conservar na caixa, que que fica a seu cargo, quantia excedente ás necessidades do movimento e serviço da companhia, fixado pela directoria.

4.º Assignar os cheques para retirar do banco as quantias necessarias para pagamentos autorizados, conjunctamente com o presidente.

5.º Examinar cuidadosamente todas as contas e despezas que tenham de ser pagas.

XVIII

Ao gerente compete :

1.º Dirigir a oreção dos estabelecimentos, montagem de machinas e todo o serviço tecnico, e investido pelos mais directores de poder admitir e demittir todo o pessoal preciso aos estabelecimentos de salinas e suas dependencias.

2.º Conferir as folhas de pagamentos contas e mais papeis concernentes aos mesmos estabelecimentos.

3.º Corresponder-se com a directoria, pelo menos, quinzenalmente, e mandar-lhe todos os mezes um balancete das despezas, receita e movimento dos estabelecimentos. Por trimestre apresentará, além dos balancetes, um relatório explicativo dos interesses da companhia.

XIX

A directoria será remunerada pelo seu trabalho e responsabilidade, com os vencimentos de:

Presidente 9:000\$ e os outros directores 7:200\$ a cada um, e mais uma percentagem tirada da renda liquida excedente de 10 %, a qual será de 30 %, distribuidos 10 % ao director tecnico e 20 % aos presidente, secretario e thesoureiro em partes iguaes.

XX

Qualquer dos directores em serviço externo da companhia, vencerá mais a quantia de 500\$ mensaes.

XXI

A assembléa geral é a reunião dos accionistas possuidores de 20 ou mais acções da companhia, devidamente convocados, dando direito a um voto cada 20 acções.

Ficando entendido que nenhum accionista poderá votar na eleição para directores e fiscaes, sem que suas acções tenham sido averbadas pelo menos dous mezes antes da data da reunião.

As sociedades anonymas ou corporações e as firmas commerciaes são representadas, estas, por um dos socios e aquellas por um dos seus mandatarios, as mulheres casadas por seus maridos ; os menores e os interdictos por qualquer motivo, por seus tutores e representantes legais, devendo os documentos ser apresentados na companhia com tres dias de antecedencia aos da reunião.

XXII

Haverá annualmente uma reunião ordinaria da assembléa geral dos accionistas, para serem apresentados, o relatório da directoria e o parecer do conselho fiscal, a qual terá logar até ao fim de março.

Nesta reunião não se tratará de outro assumpto, antes de serem discutidos o relatório e o parecer e julgadas as contas.

Em seguida proceder-se-ha ás eleições da directoria, se for necessario, e á do conselho fiscal, que será sempre annual.

Findos os trabalhos ordinarios, poderá tratar-se de qualquer outro assumpto e poderão os accionistas propor o que julgarem conveniente, devendo essas propostas ser votadas em outra sessão.

XXIII

Nas convocações das assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias serão sempre indicados os motivos da reunião.

Nas assembléas extraordinarias somente se tratará do assumpto que tiver ocasionado a convocação.

XXIV

As sessões da assembléa geral serão presididas por um accionista eleito ou aclamado na occasião, o qual nomeará dous secretarios, e assim ficará constituída a mesa.

XXV

Sempre que sete ou mais accionistas, que representem pelo menos uma quinta parte do capital da companhia, requererem uma reunião extraordinária da assembleia geral e expuzerem os motivos, será ella convocada pelo presidente da directoria, dentro dos 30 dias posteriores á entrega do requerimento.

XXVI

A assembleia geral dos accionistas devidamente constituída nos termos dos estatutos, é competente para resolver e deliberar sobre os casos omissos e imprevisos, contanto que o faça observando as disposições geraes da legislação vigente.

XXVII

Nas attribuições da assembleia geral se comprehende o direito de:

- Reformar os estatutos;
- Augmentar ou reduzir o capital social;
- Julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação dos mandatarios;
- Eleger os directores e o conselho fiscal;
- Alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva;
- Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolução e liquidação da companhia, de conformidade com a legislação vigente;
- E finalmente tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses.

XXVIII

Para que possa funcionar a assembleia geral, é mister que no dia, hora e local designados na convocação estejam reunidos accionistas que por si, ou por outros, representem ao menos uma quarta parte das acções emitidas.

Não comparecendo numero sufficiente de accionistas para constituir assembleia geral devidamente convocada, será convocada nova reunião e esta resolverá validamente com o numero de accionistas que comparecer.

XXIX

Para augmentar o capital, reformar estatutos e resolver a liquidação ou dissolução da companhia, é indispensavel que a assembleia geral esteja constituída com as duas terças partes ou mais das acções emitidas.

XXX

Haverá um conselho fiscal, composto de tres membros effectivos e tres suplentes accionistas, eleitos annualmente pela assembleia geral ordinaria.

As attribuições e os deveres dos fiscaes são especificados nas leis das sociedades anonymas.

XXXI

Dos lucros liquidos verificados semestralmente se fará distribuição de dividendos aos accionistas depois de deduzidas as quotas que forem destinadas pela directoria para a formação de um fundo de reserva e depreciação do material, de accordo com art. 32.

O saldo a credito da conta do fundo de reserva e os lucros que não forem distribuidos, podem ser convertidos em obrigações resgatadas pela companhia, ou acções, achando-se abaixo do par ou ao par.

XXXII

O fundo de reserva é tirado dos lucros havidos de cada semestre e fixado pela administração, não podendo nunca ser inferior a 10 %.

Este fundo é exclusivamente destinado a fazer face ás perdas do capital social e para o substituir.

Desde que o fundo de reserva attingir a cincoenta por cento (50 %) do capital realzado, cessará a deducção a que se refere o presente artigo.

XXXIII

O primeiro semestre social findará em 31 de dezembro do corrente anno.

Ficam desde já nomeados para a directoria que tem de servir no primeiro periodo marcado pelos presentes estatutos:

Presidente, Francisco Lopes Ferraz Sobrinho.
 Secretario, José Cardoso Pereira.
 Thesoureiro, Antonio Pereira Ferraz.
 Gerente tecnico, Joaquim José Valentim de Almeida.

Conselho fiscal:

Barão de Mesquita.
 Commendador Jorge da Costa Franco.
 Francisco Lopes Ferraz.

Suplentes:

Eugenio Fontainha.
 Commendador Trajano Antonio de Moraes.
 João Drummond Junior.

Os casos não previstos nestes estatutos serão regulados na parte que lhes for applicavel, pelas disposições da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882 e regulamento approved pelo decreto n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1890. — *Francisco Lopes Ferraz.*
 — *Ferraz Sobrinho & Comp.* — *Joaquim Marinho.* — *José Cardoso Pereira.* — *Braga, Bôa & Comp.* — *Joaquim José Valentim de Almeida.*

DECRETO N. 601 — DE 24 DE JULHO DE 1890

Approva a medição e demarcação das datas mineaes concedidas a Antonio José dos Santos e Antonio de Paula Santos, por decreto n. 9937 de 16 de junho de 1883

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Antonio José dos Santos e Antonio de Paula Santos, resolve approvar a medição e demarcação das datas mineaes que lhes foram concedidas por decreto n. 8957, de 16 de junho de 1883, de conformidade com a clausula 4ª do mesmo decreto.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 24 de julho de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

DECRETO N. 602 — DE 24 DE JULHO DE 1890

Estabeleça o processo para as desapropriações por utilidade municipal na Capital Federal.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que propoz a Intendencia Municipal da Capital Federal, decreta:

Art. 1.º A's desapropriações por utilidade publica municipal na Capital Federal, uma vez legalmente decretadas, applicar-se-hão as disposições do regulamento annexo ao decreto n. 1664 de 17 de outubro de 1855, com a seguinte alteração:

O quinto arbitro a que se refere o art. 4.º do citado decreto será nomeado pelo juiz perante quem correr o processo da desapropriação.

Art. 2.º O presente decreto não comprehende as desapropriações de que tratam os arts. 21 a 25 da lei n. 3396 de 24 de novembro de 1888, as quaes continuarão a reger-se pelo disposto na mesma lei.

Art. 3.º Fica derogado o decreto legislativo n. 353 de 12 de julho de 1845 na parte concernente á desapropriação por utilidade publica municipal, e revogam-se quaesquer outras disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 24 de julho de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

José Cesario de Paria Alvim.

Por decreto de 24 do corrente, foi concedida a aposentadoria extraordinaria pedida pelo cidadão Francisco de Albuquerque Lima, no lugar de 3º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brazil, com o ordenado que lhe competir na fórma da lei.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça

Em 23 do corrente

Marcam-se os seguintes prazos:

De seis mezes ao bacharel Mathias Joaquim da Gama Silva, nomeado juiz de direito da comarca de Cavalcante, no estado de Goyaz.

De cinco mezes ao juiz de direito Augusto do Couto Delgado, removido da comarca da Imperatriz, no estado de Goyaz para a de Jahu, no de S. Paulo.

De quatro mezes— Ao juiz de direito José Novaes de Souza Carvalho, removido da comarca do Ingá, no estado da Parahyba, para a do Limoeiro no de Pernambuco;

Ao bacharel Pedro Thomaz de Queiroz Ferreira, nomeado juiz de direito da comarca de Milagres, no do Ceará;

De tres mezes— Ao juiz de direito Antonio Henriques de Almeida, removido da comarca de Jaboatão, para a de Olinda, ambas no estado de Pernambuco;

Ao juiz de direito Francisco da Cunha Castello Branco, removido da comarca de Limoeiro para a de Jaboatão, ambas no mesmo estado;

Ao bacharel Augusto Abel Peixoto de Miranda Henriques, nomeado juiz de direito da comarca de Belmonte, no mesmo estado;

Ao bacharel José Sotero Vieira de Mello, nomeado juiz de direito da comarca do Rosario, no estado de Sergipe;

Ao bacharel Alfredo Severino Braga Duarte, nomeado juiz de direito da comarca de Campo Grande, no estado do Ceará;

Ao bacharel José de Castro Sá Barreto, nomeado juiz de direito da comarca do Ingá, no da Parahyba;

Ao bacharel João Lopes Pessoa da Costa, nomeado juiz de direito da comarca de Caboeiras, no mesmo estado;

Ao bacharel Amaro Gomes Carneiro Beltrão, nomeado juiz de direito da comarca de Santa Rita, no mesmo estado;

Ao bacharel Claudino Francisco de Araujo Guarita, nomeado juiz de direito da comarca de Itaiana, no mesmo estado;

Ao bacharel Antonio Serrano Gonçalves de Andrade, nomeado juiz de direito da comarca de Umbuzeiro, no mesmo estado;

Ao bacharel Antonio Augusto Rodrigues de Moraes, nomeado juiz de direito da comarca da Soledade, no mesmo estado;

Ao bacharel Felix Joaquim Daltro Cavalcanti, nomeado juiz de direito da comarca do Batalhão, no mesmo estado.

De um mez ao juiz de direito José Antonio Corrêa da Silva, nomeado desembargador da Relação do Recife.

Por portaria de 25 do corrente:

Concederam-se tres mezes de licença, com soldo e etapa, ao cabo de esquadra do 3º batalhão de infantaria do regimento policial desta capital federal, para tratar de sua saude;

Concedeu-se exequatur nos termos do decreto n. 7777 de 27 de julho de 1880, á carta de sentença civil de formal de partilha passada pelo juiz de direito da 1ª vara da comarca do Porto, no reino de Portugal, a favor de D. Josephina Corrêa Vianna e seus filhos, co-herdeiros no inventario a que se procedeu por fallecimento do seu marido e pae Bernardo da Silva Vianna.

Pela secretaria de estado dos Negocios da Justiça, em 24 do corrente, passaram-se diplomas habilitando os bacharels Vicente Tavares Rodrigues Lima, Pedro Eustaquio de Oliveira Porto e Francisco de Assis Araujo ao cargo de juiz de direito.

Ministerio dos Negocios da Justiça—2ª secção—Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.

Tomando em consideração a materia do vosso officio, sob o n. 345, de 30 de junho ultimo, declaro:

1.º Que o livro que o art. 12 das instrucções de 27 de fevereiro ultimo exigem sejam fornecidos aos escriptores de paz, além do que já tinham para registro dos casamentos, e cujo aproveitamento autorizam esse artigo e o seguinte, emquanto não forem creados no lugar officiaes privativos do registro, é o de proclamas a que se referem os arts. 6º e 121 do decreto n. 181 de 24 de janeiro do corrente anno;

2.º Que, tendo sido adoptado para os assentos do casamento civil o mesmo modelo do primitivo livro do registro de casamentos, nada impede que este seja aproveitado, estando rubricado pelo juiz de direito da comarca ou pelo juiz municipal, na conformidade do art. 5º do decreto n. 9887 de 7 de março de 1888, visto não haver sido revogada a competencia para essa rubrica, posto que a tenham o juiz de direito privativo na respectiva comarca, e o juiz de paz, nos districtos fora das capitães, para os novos livros que houverem de ser fornecidos, nem importando que no dorso do livro primitivo esteja inscripto—Registro—em vez de—Assento dos casamentos—uma vez que os novos assentos se conformem com a lei de 24 de janeiro, pois constituem desde 24 de maio o unico registro dos casamentos;

3.º Que, não obstante, nenhuma irregularidade ha em que os assentos tenham sido e continuem a ser feitos em novos livros fornecidos pelos governadores, de conformidade com o modelo anexo ás referidas instrucções, devendo nesse caso ser encerrados os do primitivo registro que não continuarem a ser aproveitados;

4.º Que o primeiro fornecimento dos livros de que trata o art. 12 é feito por este ministerio, no districto federal, e pelos governadores, nos estados, á custa dos respectivos serventuarios, conforme já foi declarado em aviso de 9 de junho ultimo, pelos mesmos motivos que determinaram igual providencia quanto aos livros do registro hypothecario.

Saude e fraternidade.—Francisco Glicerio.
—Sr. governador do estado de S. Paulo.

Ministerio dos Negocios da Justiça—2ª secção—Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.

Do officio n. 128 de 16 do mez findo e papeis a elle juntos consta que, sobre consulta do vigario da freguezia do Curralinho resolvestes:

1.º que a partir de 24 de maio ultimo, segundo o disposto no decreto n. 181 de janeiro anterior, não podem os catholicos que repellem o casamento civil registrar o acto religioso sobre o matrimonio que por si só não tem effeito legal;

2.º que, estando as garantias sobre casamentos consubstanciadas nas disposições do mencionado decreto n. 181 e sobre nascimentos e obitos nos do de n. 9886 que nesta parte continua em vigor, não ha razão para suppor estejam ellas abolidas no novo regimen.

Approvando estas decisões, declaro-vos entretanto que, depois da publicação do decreto n. 521 de 26 de junho findo, o casamento civil deve proceder a quaesquer cerimoniaes religiosas com que approuvor aos nubentes solemnisação.

Saude e fraternidade.—Francisco Glicerio.
—Sr. governador do estado de Goyaz.

Ministerio da Marinha

Foram concedidas as seguintes licenças:

De seis mezes, para tratar de sua saude ao cirurgião de 3ª classe Dr. Affonso da Rocha;

De quatro mezes, para identico fim, ao commissario de 2ª classe Antonio Galvão da Fontoura.

Expediente do dia 23 de julho de 1890

Ministerio dos Negocios da Marinha — 3ª secção—N. 1732—Rio de Janeiro, 23 de julho de 1890.

Participando-me que diversos capitães de navios mercantes, surtos nesse porto, multados por ter os pharacos do tope apagados, solicitam a intervenção da vossa autoridade, no sentido de coagir a respectiva marinhagem a fazer a necessaria vigia, consultais, em officio n. 85 de 16 do corrente:

Si deveis assim proceder, e, no caso de desobediencia, multar ou prender aquelles marinheiros, na fórma do art. 69 do regulamento de 19 de maio de 1846.

Em solução declaro-vos que este assumpto entra no regimen da policia do porto e dos seus ancoradouros, e cumpre-vos fazer executar o que a semelhante respeito dispõe o ar. 391, § 1º do regulamento anexo ao decreto n. 2647 de 19 de setembro de 1869 e o art. 8º do regulamento internacional de signaes mandado observar por decreto n. 8943 de 12 de maio de 1883. Os commandantes, capitães ou mestres dos navios mercantes tem a facultade de punir correctionalmente a sua equipagem, segundo o art. 498 do codigo commercial, e esta corre o rigoroso dever de obedecer, sob as penas do art. 498 e 555 do mesmo codigo.

A transgressão dos citados arts. 391 (§ 1º e 2º) e 8º dá lugar a uma multa, repetida tantas vezes, quantas se der a infracção, além da em que houver incorrido, em virtude do regulamento de 12 de setembro de 1869 e é paga por elles.

Aos mesmos commandantes, ou capitães compete detalhar o serviço e fazer se obedecer, sendo que o disposto no aviso n. 1973 de 27 de maio de 1881, a que alludis, somente é applicavel ao caso de desobediencia ao capitão do porto.

Saude e fraternidade.—Eduardo Wandenkolh.—Ao Sr. capitão do porto do estado do Rio Grande do Sul.

Dia 21

Ao Ministerio dos Negocios do Interior, solicitando providencias no sentido de ser concedida a D. Maria Luiza Goularte Rollim Pinheiro, viuva do 1º tenente da armada Bonifacio Gil Pinheiro, uma pensão de 15\$ mensaes, ficando assim elevada a 30\$ a que percebe.

— Ao Quartel General, declarando que o 2º tenente José Martini deve aguardar oportunidade para recolher-se a esta capital, e poder realizar a sua idea relativa á construcção dos balões destinados á navegação area.

— Idem, determinando que nos assentamentos do capitão-tenente Francisco Marques Pereira e Souza, seja lançado o elogio

que o governador do estado de Pernambuco lhe dirigiu, pela disciplina, ordem e acção que observou por occasião da visita feita ao cruzador *Liberdade*, sob o commando daquello official.

— A' Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, determinando que providencie para que se effectuem as obras necessarias no cruzador *Orion*.—Communicou-se à Contadoria.

— A' Contadoria de Marinha, approvando a minuta do contracto com André da Silva Braga para execução da pintura do encouraçado *Aquidabam*.

Ministerio dos Negocios da Marinha—3ª secção — N. 1.740 — Rio de Janeiro, 24 de julho de 1890.

Recebi o officio que sob n. 114, me dirigistes com data de 1 do mez transacto, solicitando providencias que sanem a grave irregularidade, que encontrastes, de commandarem embarcações a vapor, empregadas na pequena e grande cabotagem no rio Amazonas individuos sem titulos de capacidade profissional, e até mesmo caixeiros de casas commerciaes.

Em resposta, declaro-vos ser de toda a vantagem em beneficio da propria navegação fazer cessar tão intoleravel abuso; e assim cumpre que, com rigor exijais que os commandantes, capitães ou mestres de taes navios que ali navegarem do Pará para o interior, transportando carga e passageiros, provem ser praticos com as necessarias habilitações, evidenciados em exame, ou pilotos de carta, tendo em vista as disposições do art. 1º, § 2º do regulamento de 11 de abril de 1874, dos avisos de 12 de fevereiro de 1881 e 23 de fevereiro de 1886, excepto si os citados commandantes forem officiaes da armada.

Saude e fraternidade. — *Eduardo Wandenholk*. — Ao capitão do porto do estado do Pará.

Ministerio dos Negocios da Marinha—Circular—3ª secção—N. 1.736—Rio de Janeiro, 21 de julho de 1890.—A's capitancias de portos e aos arsenaes de marinha.

Do mappa annexo ao officio do capitão do porto do Paraná n. 129 de 10 do corrente consta que a lancha a vapor da sua reparação realizou, de janeiro a junho ultimos, diversas commissões determinadas por ordem do governador e todas estranhas à marinha.

Resultando do emprego das lanchas e escaletes dos arsenaes e das capitancias de portos no continuo transporte de pessoas gradas, officiaes, praças e recrutas do exercito e de presos sentenciadas, estragarem-se essas embarcações, fatigar-se a guarnição e pesar sobre este ministerio toda a despeza, recommendo-vos que attendais ás requisições que em semelhante sentido vos forem feitas pelo governador do respectivo estado, sempre que isso não prejudique o serviço da repartição a vosso cargo; correndo a despeza por conta do estado e ministerio a que pertencer a commissão, e a tiver autorizado. — *Eduardo Wandenholk*.

— Ao Ministerio da Fazenda, solicitando o pagamento de diversas contas, na importancia de 305\$400, provenientes do despezas miudas feitas na pharmacia e almoxarifado do Hospital de Marinha desta capital no mez de junho ultimo.

— Ao Ministerio das Relações Exteriores remetteu-se o chronometro com que deverá ser apresentado o capitão da barca sueca *Mary Elisabeth*, Jonas Hockner pelo auxilio que prestou aos naufragos da escua brasileira *Macahé*.

— A' Contadoria:

Autorizando o pagamento de uma conta na importancia de 24\$ apresentada pelo *Jornal do Commercio*, proveniente de declarações feitas por esta secretaria de Estado e pela Bibliotheca de Marinha, em abril e maio ultimos;

Idem de outra conta apresentada pelo jornal *Echo Popular*.

— Ao governador do estado de Pernambuco, declarou-se que foi remittido ao Ministerio da Fazenda, em 23 do abril ultimo, o requerimento do marinheiro nacional Antonio Baptista do S. Santos ser resolvido.

REQUERIMENTO DESPACHADO

Joaquim Henrique de Araujo, por sua mãe a Viscondessa de Piraciuunga, e o Dr. José Bernardo de Figueiredo propoz a venda de um terreno e hemeitorias na ilha das Cobras.—O Ministerio da Marinha nenhuma necessidade tem de adquirir o armazem em ruinas que os requerentes pretendem vender, e mais ainda por preço excessivo, incluindo uma pequena área de terreno cuja posse lhes é contestada por importantes e valiosos pareceres, muito embora apresentem documento de posse.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 24 do corrente, foi nomeado o capitão do corpo de engenheiros Arthur Pereira de Oliveira Durão para exercer o logar de ajudante da colonia militar do Chapecó, no estado do Paraná.

Por outra de 25 do corrente, approvando-se a proposta do director do Arsenal de Guerra do estado de Pernambuco, foi nomeado o cidadão Antonio Augusto de Hollanda Costa para o logar que já exercia interinamente de mestre de gymnastica da companhia de aprendizes artifices do mesmo arsenal.

Ministerio da Agricultura

Por postarias de 25 do corrente :

Foi nomeado o cidadão Abelardo Pompeu para servir como auxiliar da estação Agronomica de Campinas, percebendo os vencimentos que lhe competirem;

Por outra de igual data foi nomeado o 2º tenente veterinario Julio Eduardo Gineste, para o logar de fiscal da coudelaria do estado do Paraná, percebendo os vencimentos que lhe competirem;

Foi exonerado o Dr. José Bechtinger do logar de medico dos nucleos colonias—Caxias—e—Antonio Prado—no estado do Rio Grande do Sul;

Foi prorogada por 30 dias, com vencimento na fórmula da lei, a licença em que se acha o cidadão Eduardo José da Silva Castro, auxiliar do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saude onde lhe convier.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 23 de Julho de 1890

Do Ministerio da Fazenda, foi requisitado pagamento:

De 2:600\$687 a diversos por objectos fornecidos para uso do Corpo de Bombeiros nos mezes de maio e junho ultimos;

De 1:537\$500 a Manoel Joaquim Machado pela conservação da estrada geral de Santa Cruz, durante o 2º trimestre do corrente anno;

De 1:375\$ à *Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, por taxa de esgotos de proprios nacionaes ao serviço deste ministerio, no semestre ultimo de janeiro a junho;

De 941\$540 a diversos por fornecimentos feitos às officinas e ao deposito central da inspeção geral das obras publicas desta capital;

De 406\$500 a diversos por materiaes e outros objectos adquiridos para as obras necessarias ao rastabelecimento da ponte que atravessa o rio da Gavea, na Tijuca;

De 267\$932 a diversos por material adquirido para o serviço de conservação da floresta, caminhos e aterrado de Santa Cruz a Itaguahy, em abril ultimo;

De 111\$050 a diversos por material adquirido para o expediente, impressões, etc, da repartição geral das obras publicas, em abril ultimo;

— Do mesmo ministerio foram requisitadas as ordens necessarias para que na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres sejam abertos os creditos:

De £ 510 à disposição do commissario do governo na Europa e Estados Unidos, engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira, para ser applicado à aquisição e remessa de objectos destinados à Estrada de Ferro Central do Brazil;

De £ 150 à disposição do mesmo commissario, para ser applicado à aquisição e remessa de uma cancella para a mesma estrada de ferro.

— Do sobredito ministerio solicitou-se indemnização:

De 5\$500 à Estrada de Ferro de Baturité, por serviços prestados a este ministerio em maio ultimo.

— Ao mesmo ministerio communicou-se:

Que o abono da quantia de 600\$ ao engenheiro Joaquim Francisco Leal, removido para o logar de chefe do trafego do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia, deverá ser considerado como ajuda de custo;

Que, por despacho de 15 do corrente, foi resolvido que ao agrimensor Antonio Julio de Gouvêa Proença, conductor dos trabalhos do melhoramento do rio S. Francisco, seja abonada a diaria de 4\$ quando em serviço de campo, ficando sem effeito o aviso n. 1013 de 5 de maio do corrente anno.

— Ao Ministerio da Guerra, por lhe pertencer a despeza, remetteu-se uma conta na importancia de 2:144\$735, proveniente de materiaes e outros objectos fornecidos para os trabalhos necessarios à melhorar a distribuição de agua à Escola Militar.

— Ao Ministerio do Interior, por lhe competir a despeza, remetteu-se uma conta, na importancia de 284\$375, proveniente de materiaes adquiridos e fornecidos para as obras da canalisação de agua afim de abastecer o hospital de molestias contagiosas, estabelecido na Ilha de Santa Barbara.

Repartição fiscal do governo junto à companhia City Improvements

BOLETIM DO SERVIÇO DIARIO

Dia 21 de julho de 1890

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.111 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em predios 10, sendo seis por obstrucções devidas a terra (5) e a materias (1) nos ramaes de 4" e de 6", uma por exhalacões por falta de agua no syphão de um mictorio, uma por abatimento devido a juntas abertas no ramal de 12", uma por vasamento pelas juntas do ramal de 6" e uma sem motivo.—Foram attendidas no mesmo dia.

Concluiu-se o serviço de uma reclamação anterior por obstrução devida a terra no ramal de 6".

Limparam-se os rallos das ruas do Hospicio, Theophilo Ottoni e largo do S. Francisco de Paula.

Continuam as obras do ramal da rua do Visconde de Inhaúma.

2º districto — Predios esgotados 8.738; cortiços 129, com 3.691 quartos.

Reclamações em predios seis, por obstruções devidas a terra nos ramaes de 4", 6" e de 9". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas do João Caetano, Nabuco de Freitas e General Pedra e bem assim a galeria desta ultima.

3º districto — Predios esgotados 4.351; cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em predios quatro, sendo duas por obstruções devidas a terra (1) e a materias (1) nos ramaes de 4" e de 6" e uma por vasamento em canos de 4" e de 6" quebrados e uma que fica em andamento. — Foram attendidas no mesmo dia.

Continuam as obras da galeria da rua do Cattete.

4º districto — Predios esgotados 7.193, cortiços 37, com 660 quartos.

Reclamações em predios tres, sendo uma por obstrução devida a terra nos ramaes de 6" e de 9", uma que fica em andamento e uma sem motivo. — Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas de Mariz e Barros, D. Feliciano, Santo Henrique, Dezembargador Izidro e Conde de Bomfim.

5º districto — Predios esgotados 2.915; cortiços 11, com 232 quartos.

Reclamações em predios duas, por obstruções devidas a terra nos ramaes de 4" e de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limpa-se o ramal de 12" da rua do General Severiano.

Repartição fiscal do governo junto à companhia *City Improvements*, 22 de julho de 1890. — Pelo engenheiro fiscal, *Luis F. Monteiro de Barros*, ajudante.

Dia 22

Foram visitadas as casas de machinas e fez-se a desinfecção das materias com os ingredientes e na dosagem conveniente.

Os *flushing-tanks* funcionaram regularmente.

1º districto — Predios esgotados 8.111 3/4; cortiços 70, com 2.389 quartos.

Reclamações em predios 11, sendo oito por obstruções devidas a gorduras (4), a materias (3) e a terra (1) nos ramaes de 4" e de 6", duas por vasamentos em receptaculos quebrados e uma por exhalações devidas a juntas abertas no ramal de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos e rallos das ruas do Senado, Uruguayana, Hospicio, S. Pedro e S. Joaquim.

Fez-se a ligação do ramal de 12" da rua do Visconde de Inhaúma com a galeria da rua da Candelaria.

Continuam as obras do ramal de 12" da rua do Visconde de Inhaúma.

2º districto — Predios esgotados 8.738, cortiços 129, com 3.691 quartos.

Reclamações em predios seis, sendo cinco por obstruções devidas a terra (3), a materias (1) e a lixo (1) nos ramaes de 4" e de 6" e uma por exhalações devidas a juntas abertas no ramal de 6". — Foram attendidas no mesmo dia.

Limparam-se os depositos das ruas do General Caldwell e Conde d'Eu e a galeria da rua do General Pedra.

3º districto — Predios esgotados 4.351, cortiços 80, com 2.375 quartos.

Reclamações em predios duas, sendo uma por exhalações devidas a juntas abertas no ramal de 4" e uma que fica em andamento. — Foram attendidas no mesmo dia.

Continuam as obras da galeria da rua do Cattete.

4º districto — Predios esgotados 7.193; cortiços 37, com 660 quartos.

Reclamações em predios tres, sendo duas por obstruções devidas a sebo (1) e a areia (1) nos ramaes de 6" e uma por desarranjo em bacia de patente.

Reclamação em rua uma, por vasamento pelas juntas da galeria da rua do Mattoso.

Limparam-se os depositos das ruas do Mariz e Barros, Conde do Bomfim e Barão do Amazonas.

5º districto — Predios esgotados 2.915, cortiços 11, com 232 quartos.

Reclamações em predios quatro, sendo duas por obstruções devidas a terra (1) no ramal de 6" e a lixo (1) na bacia de patente e duas por vasamento pelas juntas do ramal de 6".

Reclamação em rua uma, por abatimento devido a juntas abertas no ramal de 12". — Foram attendidas no mesmo dia.

Repartição fiscal do governo junto à companhia *City Improvements*, 23 de julho de 1890. — Pelo engenheiro fiscal, *Luis F. Monteiro de Barros*, ajudante.

NOTICIARIO

Lyceo de Artes e Officios — Com assistencia do Exm. chefe do Governo Provisorio, collocar-se-ha hoje ás 7 horas da tarde a pedra fundamental da primeira officina deste estabelecimento, destinada ao ensino de xylographia e lythographia.

Durante a cerimonia o terreno será illuminado por focos de luz electrica sob a direcção do professor Sr. Dr. Francisco Xavier Oliveira de Menezes e do preparador de physica Sr. pharmaceutico José da Silva Lazaro.

Hospicio Nacional de Alienados — Mappa do movimento no primeiro semestre de 1890.

	Janeiro		Fever.		Março		Abril		Maio		Jun'lo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Passaram.....	171	146	198	156	202	157	219	184	268	196	285	218
Entraram.....	35	20	6	10	25	20	56	17	27	31	24	14
Sahiram.....	7	10	2	7	7	2	7	4	4	8	11	7
Falleceram.....	1	—	—	2	1	—	—	1	8	1	11	—
Ficaram em tratamento.....	198	156	202	157	219	184	268	196	283	218	285	225

RESUMO

	Homens	Mulheres	Total
Passaram do anno anterior.....	171	146	317
Entraram durante o semestre.....	173	121	294
Sahiram durante o semestre.....	38	38	76
Falleceram durante o semestre.....	21	4	25
Ficaram em tratamento.....	285	225	510

Pagadoria do Thesouro — Pagam-se hoje as folhas do pessoal do Asylo de Mendicidade e da Casa de Correção da capital.

Repartição Central Meteorologica — Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio.

Dias 21 e 22 de julho de 1890

DATAS		BAROMETRO A 0 ^o	TEMPERATURA	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA
Dias	Horas				
21	11 nocte...	766.59	19.0	13.63	88.0
22	5 manhã..	766.84	17.6	14.30	98.0
"	11 " ...	768.65	19.5	14.87	92.0
"	5 tarde...	763.96	20.3	14.26	83.0
	Maxima.....	763.65	2.13	15.21	98.0
	Minima.....	763.96	17.6	13.20	76.0
	Media.....	767.405	13.45	14.22	87.0

Evaporação a sombra, 1^m, 8.

Maxima ao sol, 49,4.

Maxima na relva, 24,5.

Minima na relva, 15,1.

Tempo variavel. Céu quasi totalmente encoberto por cumulo-nimbus, nimbus, cumulus e cirrus esparsos. Montanhas coberta por nevoeiro. Durante o dia choveu.

(1) ENE 9k (2) ENE 8k, (3) ESE 9k.

Malas — O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo *Béarn*, para Bahia, Dakar, Las Palmas, Marselha, Genova e Napoles, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 10 idem.

Pelo *Barão de S. Diogo*, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porto duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Observatorio Astronomico

— Resumo meteorologico dos dias 23 e 24 de julho.

N. DE ORDEM	DIAS	HORAS	BAROMETRO	TERMOMETRO	TENSAO DO	HUMIDADE RE-
			0	CENTIGRAO	VAPOR	LATIVA
1	23	7 hs. da noute..	765,71	21,0	14,49	78,0
2	24	1 » » manhã.	766,13	19,4	13,86	83,0
3	»	7 » » »	766,52	18,2	13,09	90,0
4	»	1 » » tarde..	765,57	20,6	14,41	80,0

Thermometro desabrigado ao meio dia : pra-teado 31,0, ennegrecido 46,5.
 Temperatura maxima 23,5.
 Temperatura minima 17,9.
 Evaporação 1,6.
 Ozone 6,0.
 Velocidade média do vento em 24 hs., 4^m,5.

Estado do céu

- 1) 0,3 encobertos por cirrus e cirro-cumulus, vento SSE 2^m,4.
- 2) 0,1 encobertos por cirro, vento nullo.
- 3) 0,6 Encobertos por cirro-cumulus e nevoeiro, vento nullo.
- 4) 0,2 encobertos por cumulos, vento SSE 5^m,9.

Santa Casa da Misericordia— O movimento do hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 18 de julho, o seguinte :

	Nacionais	Est.	Total
Existiam.....	877	512	1.410
Entraram.....	21	24	45
Sahiram.....	22	14	36
Falleceram.....	4	5	9
Existem.....	872	547	1.419

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 502 consultantes, para os quaes se aviaram 667 receitas. Fizeram-se 17 extracções de dentes,
 E no dia : 19

	Nacionais	Est.	Total
Existiam.....	872	547	1.419
Entraram.....	17	33	67
Sahiram.....	19	16	35
Falleceram.....	2	3	5
Existem.....	868	551	1.429

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 394 consultantes, para os quaes se aviaram 471 receitas. Fizeram-se 4 obturações.

E no dia 20

	Nacionais	Est.	Total
Existiam.....	868	561	1.429
Entraram.....	11	12	23
Sahiram.....	19	29	38
Falleceram.....	4	3	7
Existem.....	866	511	1.407

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 391 consultantes, para os quaes se aviaram 495 receitas.

RENDAS PUBLICAS

	Renda do 1º semestre de 1889	Renda do 1º semestre de 1890	Diferença para mais em 1890
Alfandegas			
Parahyba.....	242:103\$047	255:020\$187	12:917\$440
Espirito Santo.....	136:311\$114	191:812\$343	55:501\$229
Ceará.....	721:573\$334	1.267:783\$510	546:210\$182
Rio Grande do Norte.....	10:123\$402	23:723\$479	7:600\$077

Demonstração da renda das alfandegas da Parahyba, Espirito Santo, Ceará e Rio Grande do Norte no 1º semestre do corrente anno, comparada com a de igual periodo em 1889

ALFANDEGA DE SANTOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RENDA ARRECADADA POR ESTA ALFANDEGA NO 1º SEMESTRE DE 1890, COMPARADA COM A DE IGUAL SEMESTRE DO ANNO ANTERIOR

Titulos de receita	1880	1889	Diferença	
			Para mais	Para menos
Importação.....	4.979:800\$563	3.702:694\$217	1.277:106\$346	
Despacho maritimo.....	24:703\$250	20:999\$350	3:703\$900	
Exportação.....	1.920:920\$455	2.938:791\$027		1.067:870\$572
Interior.....	295:615\$129	189:251\$911	106:360\$518	
Extraordinaria.....	269:414\$020	200:047\$337	69:366\$683	
Depositos.....	140:611\$262	72:609\$395	68:001\$367	
Renda não classificada.....	34:598\$478	22:213\$540	12:384\$938	
Somma.....	7.665:663\$457	7.196:610\$277	1.536:923\$752	1.067:870\$572

A diferença para mais é de 469:053\$180.

Segunda seção da Alfandega de Santos, 21 de julho de 1890.—Servindo de chefe João Thomaz Coelho.

DEMONSTRAÇÃO, POR MEZES, DA RENDA DAS ALFANDEGAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO 1º SEMESTRE DE 1890, COMPARADA COM A DE IGUAL SEMESTRE DO ANNO DE 1889

Mezès	Rio Grande		Porto Alegre		Diferença em 1890		Uruguayana		Diferença em 1890		Total
	1880	1890	1880	1890	Para mais	Para menos	1889	1890	Para mais	Para menos	
Janeiro.....	137:835\$164	207:511\$284	328:642\$922	328:642\$922	218:722\$683		15:610\$773	14:914\$229			
Fevereiro.....	209:453\$416	277:130\$879	295:246\$477	295:246\$477	93:598\$675		19:775\$662	62:393\$567			
Março.....	197:229\$326	248:700\$049	197:304\$932	197:304\$932	60:866\$348		14:464\$400	69:456\$663			
Abril.....	319:833\$273	239:944\$512	205:121\$322	205:121\$322	25:478\$461		46:541\$924	36:718\$771			
Maió.....	231:723\$980	267:800\$481	126:558\$887	126:558\$887	224:511\$551		47:298\$533	32:037\$590			
Junho.....	155:264\$735	660:174\$330	112:610\$736	112:610\$736	822:975\$310		23:162\$581	133:866\$461			
		1.251:336\$894	987:684\$437	2.433:837\$465	1.446:153\$928		166:853\$873	349:381\$281			
Diferença geral.....					1.446:153\$928						2.278:606\$077

TRIBUNAES

CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA

SESSÃO EM 23 DE JULHO DE 1890

Achando-se presentes os Srs. conselheiros de guerra Barão de Ivinheima, Barão de Miranda Reis, Elisiario, Visconde de Maracajú e os Srs. ministros adjuntos desembargadores Carneiro de Campos, Pindahyba de Mattos e Motta, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o secretario de guerra deu conta do expelente, que se reduziu a processos, vindos para definitivos julgamentos: os nomes dos réos acham-se no livro da porta na sessão de hoje. Nesta occasião entrou o Sr. conselheiro Simão de Oliveira.

O Sr. desembargador Carneiro de Campos relatou os seguintes processos: soldados Daniel Joaquim Thompson e José Podro do Carmo.

O Sr. desembargador Pindahyba de Mattos relatou os seguintes processos: marinheiro nacional Marcellino Telles Guimarães e o soldado Henrique Lourenço.

O Sr. desembargador Motta relatou os seguintes processos: tenente Emiliano Gonçalves Fajardo, 2º cadete 2º sargento Joaquim Mipibu Caldas, soldados Manoel Fernandes de Souza, Eugenio de Almeida Lara, Felipe José da Rocha, Manoel Luiz Antonio, João José Ramiro de Sant'Anna e o cabo de esquadra Felipe Nery da Silva.

E de nada mais se podendo tratar, o Sr. presidente encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente acta.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

SESSÃO EM 25 DE JULHO DE 1890

Presidencia do Sr. desembargador Faria Lemos — Secretario o Sr. Dr. Esposel

Presentes os Srs. desembargadores Carneiro de Campos, Pindahyba de Mattos, Barros Pimentel, Rodrigues, Motta, Tito de Mattos, Coelho Bastos, Azevedo Magalhães, Fernandes Pinheiro, Bento Lisboa, Guilherme Cintra, Espinola, Ribeiro de Almeida, Moniz Barreto e Madureira.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Passa-se em seguida aos seguintes julgamentos:

Processo de responsabilidade

N. 2.353, da capital—Denunciante o desembargador procurador da soberania na qualidade de promotor da justiça, denunciado Dr. Carlos Marques de Sá, juiz de direito interino, presidente do jury em Nova Friburgo.—Julgaram improcedente a denuncia unanimemente.

Appellações crimes

N. 2.707—Appellante João Silveira, appellada a justiça.—Julgaram improcedente a appellação para que subsista a sentença appellada, unanimemente.

N. 2.716, da capital—Appellante Faustino Teixeira Pereira Bastos, appellada a justiça.—Julgaram improcedente a appellação para que subsista a sentença appellada, advertindo-se ao escrivão pela demora na remessa do processo para a instancia superior; unanimemente.

Appellação civil

N. 7.191, da capital—Appellante Antonio Teixeira da Rocha Campos, appellado Antonio Xavier de Simas.—Desprezaram os embargos contra o voto do Sr. desembargador Coelho Bastos.

Appellações commerciaes

N. 7.006, da capital—appellantes Bastos & Leão, appellados Novaes de Souza & Comp., administradores da massa fallida de Antonio da Costa Pinto.—Desprezaram os embargos; unanimemente.

N. 7.123, de Nitheroy—1ºs appellantes João Francisco Frões da Cruz e outros, 2º appellante Clemente José de Góes Vianna, 3º appellante Felicio Fortunato Tati, appellado José Manoel de Souza e Silva.—Idem.

N. 7.238, da capital—Appellante Manoel Rezende dos Santos, appellados Santos, Ferraz & Comp.—Idem.

N. 7.252, da capital—Appellante padre Miguel Ribeiro Mendes de Castro Camargo, appellado Francisco Alves Rollo.—Desprezaram os embargos contra o voto do Sr. desembargador C. de Campos.

N. 7.291, da capital—Appellante Rodrigues Fontes & Comp., appellado José Domingues Pereira.—Confirmaram a sentença appellada; unanimemente.

N. 7.307, da capital—Appellante João Alves da Silva e Sá, appellada D. Mirena Pereira Fontes.—Reformaram a sentença appellada por julgar improcedente e não provados os embargos de 3º e proseguir-se nos termos da execução contra o voto do Sr. desembargador Barros Pimentel, que confirmava a sentença appellada.

N. 7.331, da capital—Appellante Dr. Carlos Theodoro de Bustamante, appellado Dr. Urbano Alves de Souza Pereira, inventariante do espólio do finado Visconde de Souza Carvalho.—Confirmaram a sentença appellada na parte em que julgou procedente e provada a acção e reformaram quanto à reconvenção que julgaram procedente, unanimemente.

Aggravos de petição

N. 7.477, da capital—Aggravante Joaquim José de Aguiar, aggravado Antonio Alves do Valle.—Negaram provimento, unanimemente.

N. 7.483, da capital—Aggravantes José de Souza Andrade & Comp., aggravados John Moore & Comp.—Idem.

N. 7.485, da capital—Aggravante Adriano Augusto Gonçalves da Costa, aggravados Soares de Carvalho & Comp.—Idem.

N. 7.486, da capital—Aggravante Dr. Guilherme de Almeida Magalhães, aggravado Dr. Eugenio Ferreira da Cunha, liquidante da firma Guilherme de Magalhães & Comp.—Idem.

N. 7.484, da capital—Aggravante Dr. José da Silva Mattos, aggravado Francisco Lopes Carneiro dos Santos.—Proposta e não vencida a preliminar de se não tomar conhecimento do agravo, negaram provimento ao mesmo recurso à vista da natureza essencialmente commercial do titulo ajuizado, unanimemente.

Passagens

Ao Sr. Pindahyba de Mattos, ns. 7.141, 7.045 e 7.301.

Ao Sr. Barros Pimentel, ns. 2.704, 7.278 e 6.700.

Ao Sr. Motta, ns. 7.155, 7.241 e 7.134.

Ao Sr. Tito de Mattos, n. 2.728.

Ao Sr. Magalhães, n. 7.029.

Causas com dia

Appellações criminaes n. 7.123, 7.291 e 7.307.

Appellação crime n. 2.707.

DISTRIBUIÇÃO

Appellações commerciaes

N. 7.281, da capital—Appellante, Sebastião Pereira de Siqueira, appellado, commendador José Joaquim da Silva Fontes.—Ao desembargador Carneiro de Campos.

N. 7.346, da capital—Appellantes os administradores da massa fallida de José Dias da Costa & Comp., appellados os menores Ernesto e Henrique, representados por seu pae José Dias da Costa.—Ao desembargador Pindahyba de Mattos.

N. 7.422, do Rio Bonito—Appellantes Peixoto Mora & Comp., appellado Silvino Martins Cardoso.—Ao desembargador Barros Pimentel.

Appellações civeis

N. 7.424, de Campos dos Goytacazes—Appellante José Gomes da Rosa, appellado Antonio José Ferreira Martins Filho, tutor da orphã D. Emilia Leite Guimarães.—Ao desembargador Rodrigues.

N. 7.405, da capital—Appellante José Marques Corrêa, appellado o commendador Antonio Augusto Ribeiro Vaz.—Ao desembargador Motta.

N. 7.420, de Nitheroy—Appellante José Joaquim Alves Vianna, appellado o commendador José Joaquim da Silva Fontes.—Ao desembargador Tito de Mattos.

Appellações criminaes

N. 2.699, de Cantagallo—Appellante Sabino do Nascimento, appellada a justiça.—Ao desembargador A. Magalhães.

N. 2.749, da capital—Appellantes o juizo e Laurindo Rogaciano de Miranda, appellados os mesmos.—Ao desembargador Fernandes Pinheiro.

Aggravos de petição commerciaes

N. 7.472, da capital—Aggravantes Monteiro de Barros Narciso & Costa em liquidação, aggravados Macedo Sobrinho, Abreu & Quartim.—Ao desembargador Madureira.

N. 7.487, da capital—Aggravante, Augusto Fernandes de Souza, liquidante da firma, Augusto Fernandes & Amorim, aggravado Theodulo Pupo de Moraes, testamenteiro e inventariante dos bens do finado Leonardo Carlos Xavier de Amorim.—Ao desembargador Fernandes Pinheiro.

N. 7.488, da capital—Aggravante Dr. João de Hollanda Cunha, aggravado Antonio Reis.—Ao desembargador Bento Lisboa.

N. 7.489, da capital—Aggravante D. Squillero Alba, aggravado Maximo Pereira.—Ao desembargador Guilherme Cintra.

N. 7.492, da capital—Aggravante José Moreira Ventura Lisboa, aggravado Dr. curador fiscal da massa fallida.—Ao desembargador Pindahyba de Mattos.

Aggravos de petição civeis

N. 7.490, da capital—Aggravante Manoel Vieira Gonçalves, aggravados Garritano & Carvalho.—Ao Sr. desembargador Espinola.

N. 7.491, da capital—Aggravante José Manoel Rivas, aggravado Antonio Barreiro Senhores.—Ao Sr. desembargador Ribeiro de Almeida.

Aggravos de instrumento

N. 673, da comarca de Campos—Aggravante D. Josephina Nunes da Silveira, aggravados Guilherme de Miranda & Ribeiro.—Ao Sr. desembargador Barros Pimentel.

N. 674, da mesma procedencia—Aggravante João de Azevedo Silva, aggravados Guilherme de Miranda & Ribeiro.—Ao Sr. desembargador Rodrigues.

Recursos crimes

N. 2.387, da capital—Primeiros recorrentes Antonio Francisco Guimarães e José Maria de Carvalho, segundo dito Joaquim Francisco de Oliveira, recorridos João Francisco Guimarães e outro.—Ao desembargador A. Magalhães.

N. 2.386, da capital—Recorrente o juizo, recorrido Domingos José da Costa.—Ao desembargador Fernandes Pinheiro.

PRIMEIRA VARA CIVEL

JUIZ O DR. MARTINS TORRES—ESCRIVÃO CABRAL VELHO

Inventarios

Fallecida Maria Luiza Barroso de Almeida.—Adjudicados os bens descriptos ao supplicante de fl. 2.

Preccatoria

Supplicantes Galdino Alves da Silva, sua mulher e outros.—Devolva-se.

Libello

Autores: Dr. João Antonio de Araujo Vasconcellos.—Recebida a excepção em prova. Noé Pinto de Almeida.—Em prova.

ESCRIVÃO GONÇALVES LEITE

Libellos

Autores: a companhia S. Christovão.—Recebida a contrariedade, prosiga-se. Felippe Nery Pinheiro.—Em prova.

Citatoria

Supplicante Dr. Luiz Augusto de Carvalho Mello.—Devolve-se.

Reclamação

Supplicante José de Souza.—Prove a identidade de pessoa.

Execuções

Exequentas: Maria Eugenia Carneiro Correia.—Recebidos os artigos fls. 134 e a contestação a fl. 135 v; sigam-se os termos.

José Pereira Rodrigues.—Cumpra-se o venerando acórdão.

Penhora executiva

Autor José Ignacio Garcia.—Julgado o lançamento do réo e subsistente a penhora.

Acção de despejo

Autor Eugenio Marques de Hollanda.—Julgado o lançamento, e passe-se o requerido mandado.

Inventario

Fallecida Anna Amasil de Almeida.—Prove o supplicante ser avô da fallecida e junte certidão de baptismo desta.

Partilha amigavel

Fallecido Domingos Antonio de Oliveira.—Junte-se certidão de obito do fallecido.

Notificação

Notificantes Alfredo Balthar & Pinho.—Bixaram os autos para que, recebidos os embargos como contestação, seja a causa posta em prova.

ESCRIVÃO PAULA BASTOS

Libellos

Autor Lopes, Pereira & Ferreira.—Respondido o agravo.

Execuções

Exequentes: Dr. Francisco de Paula Marques Baptista de Leão.—Informe o contador em que consiste o erro da conta.

D. Innocencia Nunes Pereira.—Julgada por sentença a desistencia, archive-se o processo.

Rogatoria para avaliação

Deprecante Antonio Carneiro Garcia.—Devolva-se.

Inventario

Fallecido Francisco de Paula Magalhães Leite.—Deferida a cota retro.

Requerimento para transferencia

Fallecida D. Firmina Cortez.—Deferida a cota retro, sejam os autos remetidos ao juizo da provedoria.

Manutenção

Autor José Passos, cessionario de Joaquim Ribeiro.—Respondido o agravo.

Despejo

Autora Directoria da Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates.—Julgado por sentença o lançamento.

PRIMEIRA VARA CIVEL

JUIZ SUBSTITUTO DR. ENÉAS GALVÃO—ESCRIVÃO PAULA BASTOS

Penhora executiva

Autores: Horacio Alexandrino da Costa Santos.—Ao Dr. juiz de direito.

Maximiano José Gomes de Paiva.—Cumpra-se o disposto no art. 517 do regulamento n. 737 de 1850, sem o que não pôde ser deferida a petição retro.

Despejo

Autora Emilia Augusta da Cunha Souza.—Ao Dr. juiz de direito.

PRIMEIRA VARA COMMERCIAL

JUIZ DR. GONÇALVES DE CARVALHO—ESCRIVÃO SILVA MOREIRA

Acções de seguro

Autores: J. C. Piedade & Comp.—Recebida a contestação; sigam-se os termos.

Os mesmos autores, em outro processo.—Identico despacho.

Acções de dez dias

Autores: Jacintho Ferreira de Mello.—Condemnado o réo.

Macario da Costa Moraes.—Julgado improcedentes os embargos e condemnado o réo.

João Antonio Fernandes de Miranda.—Revogado o despacho a fls. 22, seguindo-se os termos regulares assim deferido o requerido a fls. 24.

Acções ordinarias

Autores: Eusebio José Alves.—Recebida a appellação em ambos os effeitos.

Banco Popular de Taubaté.—Recebida a replica, sigam os termos.

Fallencia

Joaquim Carvalho de Abreu.—Julgado por sentença o lançamento.

Infracção de privilegio

Dr. Antonio Felicio dos Santos.—Vista dos autos ao advogado dos requerentes por 48 horas.

Execução

Francisco de Souza Carvalho.—Recebida a contestação, sigam-se os termos.

ESCRIVÃO COSTA LEITE

Acções de 10 dias

Autores: José Teixeira Soares.—Condemnado o réo.

Julio Julião Lajoux.—Condemnado o réo.

Acções summarias

Autores: Delphim da Fonseca Lemos.—Julgada não provada a excepção.

Ribeiro Machado & Almeida, em liquidação.—Ponha-se a excepção em prova.

Acção ordinaria

Fiorita & Tavolara.—Recebida a appellação em ambos os effeitos.

Fallencia

Alberto de Carvalho Almeida.—Julgada a fallencia.

PRIMEIRA VARA DE ORPHÃOS

JUIZ DR. A. J. DE SOUZA PARAIZO — ESCRIVÃO FRANÇA LEITE

Inventarios

Fallecidos: D. Francisca Agostinha de Souza e Mello.—Intime-se ao inventariante para dar andamento ao processo de inventario, sob as penas da lei.

Francisco Gonçalves Pereira Duarte.—Nomeio tutor dos menores o Dr. Graciliano A. do Prado Pimentel.

Ignacio Tavares de Souza.—Aos partidores para arbitrarem o que se pede na petição de fl. 111, tendo em attenção a idade, fortuna e rendas dos menores.

Carolina de Oliveira Castro.—Dê-se vista ao Dr. curador geral. O escrivão intime ao tutor para especialisar bens, na forma do decreto de 2 de maio do corrente anno.

Justificação para emancipação

Supplicante Deolinda Maria Dias Pereira.—Emancipada com supplemento de idade.

Especialisação

Supplicante Domingos Alvares da Silva Penna.—Julgada por sentença a especialisação.

ESCRIVÃO ALVARES PENNA

Inventarios

Pedro Ciccoleté.—Julgada a partilha.

José Antonio da Fonseca Lessa Junior.—Idem.

Estanislão Luiz Barbosa.—Indeferida a petição fls. 66.

João Augusto da Costa.—Em vista do que consta da certidão fl. 18, indefiro a petição fl. 16.

Antonio Coelho de Almeida.—Ao Dr. procurador dos feitos da Fazenda Nacional.

Maria Rosa de Carvalho.—Ao Dr. curador geral.

Joaquim Ribeiro Bessa.—Idem.

Nicandro Augusto Brandão.—Deferida a petição sem prejuizo de prestação de contas.

Rosa Ignacia de Senna.—Desprezados es em argos.

Manoel Gonçalves Coelho Junior.—Considerado maior o herdeiro Manoel Gonçalves Coelho.

Tutella

João Pereira da Rocha Vianna.—Considerada maior a herdeira Laura da Rocha Braga.

Maria de Jesus, filha de Rosa Angelica da Costa.—Assigne termo a pessoa indicada.

Emancipação

Alfredo Pimentel Pereira.—Julgado improcedente.

Exame de sanidade

Pedro Ferreira de Paiva.—Passe-se o alvará.

Prolegilidade

Gaspar Lopez Cabral.—Assigne o peticionario o competente termo.

Prestação de contas

Dr. Francisco Antonio Pessoa de Barros, ex-curador de Anna da Vera Cruz Monteiro.—Julgadas boas.

Execução por alcance de contas de tutella

Deferida a petição, em vista do que consta dos autos, passando-se o precatorio de levantamento.

EDITAES E AVISOS

Intendencia Municipal*Titulos de eleitores*

Entregam-se, todos os dias, na secretaria da Intendencia Municipal, das 10 horas da manhã às 4 da tarde, os titulos dos eleitores das parochias do Sacramento, S. José, Candelaria Santa Rita e Sant'Anna.

Secretaria da Intendencia Municipal, 25 de julho de 1890.—Magalhães Castro Sobrinho, secretario.

Thesouro Nacional

Cobrança da divida activa

Pela Directoria Geral do Contencioso, se faz publico que brevemente teem de ser remettidos ao juizo dos Feitos da Fazenda certidões para a cobrança executiva do imposto de industrias e profissões do 2º semestre de 1888.

São, pois, convidados os contribuintes que não se acham quites a comparecer nesta directoria, afim de satisfazerem amigavelmente os respectivos debitos dentro do prazo de oito dias.

Directoria Geral do Contencioso, 21 de julho de 1890.— O ajudante do procurador fiscal, *Carlos Augusto Naylor*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Edital com prazo de 8 dias, n. 1

Pela inspectoría desta alfandega, se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retirar-as no prazo de 8 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta nos termos do Tit. 5º Cap. 5º da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, sem que lhes fique direito de allegar contra os efeitos desta venda.

Armazem n. 1 — Marca GCRM: 1 caixa, contendo 1 kilo de moldura dourada, vinda do Porto na barca nacional *Ida* em 29 de agosto de 1889. (Accrescimento.)

Marca WD — N: 1 dita contendo 18 kilos de polvilho, vinda de Nova-York, no vapor americano *Finance*, entrado em 10 de outubro de 1889, á ordem.

Marca CB&C: 1 dita contendo 70 kilos de folhinhas (folhetos), da mesma procedencia, navio e descarga, consignada a C. Bazin & Comp.

A mesma marca: 1 dita contendo 43 kilos de cartazes annuncios de mais de uma cor, da mesma procedencia, navio, descarga e consignação.

Marca T: 75 ditas contendo 1.725 kilos de polvilho, vindos de Autuerpia no vapor inglez *Buffon* em 19 de outubro de 1889, á ordem.

Marca PC: 1 dita contendo livros usados e papeis usados (particulares); vinda do Havre no vapor francez *Ville de Santos*, em 3 de outubro de 1889 e consignada as padre Francisco Ignacio de Christo.

Marca FL: 1 dita contendo 20 kilos de cartazes annuncios de mais de uma cor; vinda de Bordões no vapor francez *Orenoque*, em 4 de outubro de 1889. (Não consta do manifesto).

Marca LC: 2 caixas contendo 69 garrafas e 37 meias ditas de cerveja, medindo 28 litros; vindas de Marseile, na barca ingleza *Marietta*, entrada em 28 de setembro de 1888, consignadas a Logos & Comp.

Marca JSC: 3 ditas contendo 34 kilos de preparado chimico, não classificado; vindas de Hamburgo no vapor allemão *Curityba*, entrado em 16 de fevereiro de 1889, (accrescimento).

Marca PA: 1 barril contendo 18 kilos de banha de porco, vindo de Nova-York no vapor americano *Advance*, entrado em 22 de março de 1889, (accrescimento).

Marca PD: 1 dito contendo 18 kilos de banha de porco, da mesma procedencia, navio e descarga, (idem).

Letreiro Leonel de Carvalho & Comp.: 1 caixa contendo amostra de café, vinda de Nova-York, no vapor allemão *Précida*, entrado em 25 de maio de 1889, consignada aos mesmos.

Letreiro Duvivier & Comp.: 1 dita contendo amostras sem valor, vinda de Nova-York no vapor americano *Finance*, entrado em 18 de junho de 1889, consignada aos mesmos.

Letreiro E. Pecher & Comp.: 1 dita, idem, idem, vinda de Genova no vapor italiano *Carlo R.*, entrado em 29 de março de 1889 consignada aos mesmos.

Marca HA: 1 caixa, contendo 18 kilos de elixir medicinal; vinda de Hamburgo no vapor allemão *Campinas*, entrado em 4 de outubro de 1889 (accrescimento).

Letreiro Theo G. Sulivane: 2 ditas contendo 107 kilos de cartazes-annuncios de uma só cor; vinda de Nova-York, no vapor americano *Advance*, entrado em 29 de março de 1889. (Já despachada pela nota n. 10.501 de maio de 1890.)

Letreiro Basset: 20 barris contendo 920 kilos de pregos simples, vindos de Nova-York no vapor americano *Hemetha*, entrado em 2 de julho de 1889, consignados a Basset & Comp.

Marca CC&C: 1 caixa contendo 337 pares de chinellas de lã, de mais de 22 centímetros; 33 ditos de ditos, até 22 centímetros; vinda do Porto na barca portugueza *Victoria*, entrada em 28 de janeiro de 1889. (Accrescimento.)

Alfandega do Rio de Janeiro, 21 de julho de 1890.—Pelo inspector, *F. P. de Carvalho Aragão*.

Edital de praça n. 16

Pela Inspectoría da Alfandega do Rio de Janeiro se faz publico que no Armazem de Consumo, no dia 29 do corrente, ao meio-dia, se hão de arrematar, livres de direitos, as mercadorias seguintes:

Marca M: 1 caixa n. 60, contendo estampas, pesando liquido seis kilos.

Marca FH^{as}: 129 amarrados e encapados, contendo chá da India, pesando liquido 3278 kilos.

Marca R: 1 caixa, contendo cartazes annuncios, de mais de uma cor, pesando liquido 15 kilos.

Sem marca: 330 feixes de vime, pesando liquido 3.335 kilos.

Marca GB: 1 caixa n. 6, contendo tres duzias de garrafas com agua mineral, pesando liquido 13 kilos.

Marca CC: 1 caixa contendo cartazes annuncios de mais de uma cor, pesando 15 kilos.

Marca PC: 1 caixa, contendo caixas vasiaas, de papelão, pesando 18 kilos,

Letreiro George Tabric: 1 caixa contendo 12 olhos artificiaes, amostras diversas.

Marca DRC—LC: 1 caixa, contendo sementes de hortaliça e de jardim.

Marca PSQ: 1 dita n. 168, contendo obras impressas de uma só cor, pesando 188 kilos.

Marca LO&S: 1 dita n. 1.678, contendo brinquedos não especificados, pesando bruto 245 kilos.

Mrca CWR: 6 ditas, contendo cartazes annuncios de mais de uma cor, pesando bruto 135 kilos.

Marca SC—141: 1 caixa n. 151, contendo 60 pares de meias botas de couro até 22 centímetros; 180 ditas de ditas de lã e algodão até 22 centímetros; 119 ditas de sapatos de couro e panno de mais de 22; 120 ditas de ditas da couro até 22.

A mesma marca: 1 caixa contendo 96 pares de botinas de lã, até 22 centímetros; 122 ditas de botinas de couro, até 22; 100 ditas de borzeguins de couro até 22 centímetros.

Sem marca: 30 grelhas de ferro fundido, quebradas, para caldeira.

Marca FL—1400: 1 barrica contendo tinal, pesando liquido 90 kilos.

Marca HJH—9321: 1 lata contendo oleo de linhaça fervido, pesando 20 kilos.

Marca F—5283: 1 sacco contendo pregos de ferro para trilhos.

Marca MNC—HB: 1 barrica contendo amostras de louça de ferro.

Marca CC—26: 1 peça de ferro fundido simples em obras não classificadas, pesando liquido 60 kilos.

Marca T—WH: 2 caixas contendo maizena em pacotes, pesando bruto 15 kilos.

Marca B: 1 concha de madeira para car-rinho de mão.

Marca LC: 25 cestas de vime para conducção de carga, pesando 62 kilos.

Marca FC—C: 1 caixa contendo um debulhador.

Marca SVB: 2 caixas contendo cartazes annuncios de mais de uma cor, collados em papellão, pesando 400 kilos.

Marca VN—3049, 3061: 2 ditas contendo peças avulsas para machinas movidas a vapor.

Alfandega do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.—Pelo inspector, *F. P. de Carvalho Aragão*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Edital de praça n. 16 suplementar

Pela inspectoría da alfandega do Rio de Janeiro se faz publico, que na ilha de Mo-canguê no dia 28 do corrente ao meio-dia, se ha de arrematar, livre de direitos, e no estado em que se acha, a barca do vigia *Iris*, a qual poderá ser examinada na referida ilha.

Alfandega do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.—Pelo inspector, *F. P. de Carvalho Aragão*.

Edital com prazo de 30 dias n. 2

Trapiche da Saude—Sem marca: 1 eixo de manilha, um dito direito, ambos de ferro e usados; cuja procedencia, navio, descarga e consignação, ignora-se.

Alfandega do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1890.—Pelo inspector, *F. P. de Carvalho Aragão*.

Repartição de Quartel Mestre General

Esta repartição recebe propostas até ao meio-dia de terça-feira, 29 do corrente, para arrendar um campo, nas proximidades desta capital, para pastagem dos animaes do 9º regimento de cavallaria, devendo os propo-nentes achar-se na mesma repartição no dia e hora indicados para assistirem á abertura de suas propostas.

Capital Federal, 25 de julho de 1890.—O major *Agricola Everton Pinto*, official de ordens.

Inspeção das Obras Publicas da Capital Federal

Concurrencia para fornecimento de carros para a estrada de ferro do Rio do Ouro

De ordem do Sr. inspector geral, se faz publico que no dia 4 de agosto proximo futuro, ás 11 horas da manhã, na praça da Republica n. 97, recebem-se propostas para fornecimento de carros para a estrada de ferro do Rio do Ouro.

A concurrencia versará sobre o preço e o minimo prazo para o fornecimento, ficando entendido que todo o material deve ser de primeira qualidade.

Os desenhos podem ser examinados na mesma repartição.

Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, 24 de julho de 1890.—*Antonio José de Sousa*, secretario.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Corridas no Jockey-Club

Para conhecimento do publico, declara-se que, domingo, 27 do corrente, por occasião das corridas no Prado Fluminense, haverá trens especiaes directos para conducção de passageiros, desde ás 10 horas da manhã até á 1 hora e 30 minutos da tarde e depois de concluidas as corridas.

Os trens especiaes não pararão nas estações de S. Diogo, S. Christovão e Mangueira.

O preço de cada passagem de ida e volta, sem distincção de classe, é de 500 réis.

Escriptorio do trafego, 25 de julho de 1890.—*Abel Ferreira de Mattos*, chefe do trafego.

Editaes

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 1 de agosto de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra a Empreza Ferro Carril Chamby, terreno, bemfeitorias e estação da rua D. Pedro 11 n. 2 e casa de sobrado em forma de chalet, a qual mede de frente 9 metros e de fundos 17^m,15, é formada sobre 15 pilares de tijolo, é toda fechada de madeira até aos segundos pilares lateraes, que é sobrado, e o mais é aberto em um grande salão, tem na frente, no pavimento terreo, um portão no centro e uma janella de cada lado, e no sobrado tres janellas, sonda a do meio de grade de madeira, assim como todas as portadas, tem no pavimento terreo, antes do salão e no centro, uma saleta e outras duas menores, tendo no fundo uma pequena escada que dá entrada para o sobrado, que é todo aberto, sendo fechado todo o mais corpo do chalet por taboado, á excepção dos fundos, que é aberto e tem communicação com os baixos e é todo calçado de pedra, seguindo-se um telheiro em duas aguas, coberto de zinco, um outro tambem ao lado do chalet com fundo para a rua, sendo este meia agua e muito baixo, é aberto nos fundos e fechado na frente por folhas de zinco o onde tem duas grandes cancellas, por onde entram e sahem os carros, todo calçado de pedra, parte o o resto chão, onde tem os trilhos, é avaliado em 1:550\$; o terreno, que mede 9 metros, 450\$; um telheiro ao lado do chalet onde tem o telheiro em meia agua, medindo de frente 28^m,25 e de fundos 62 metros, 1:215\$500; um dito ao lado do chalet em meia agua e edificado no terreno ao lado do mesmo chalet, com duas cancellas para a sahida dos carros, avaliado em 100\$000.

E não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10%, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9835 de 29 de fevereiro de 1888. E, quem no mesmo quizer lançar, deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E, para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão, para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 23 de julho de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal.

Faz saber a quantos o presente edital com o prazo de nove dias virem, que no dia 1 de agosto de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer na execução que a Fazenda Nacional move contra Francisco de Souza Monteiro, o predio da rua de S. Manoel (Botafogo) n. 1, terreo no fim do terreno, construcção e divisões de madeira, tem na frente uma janella e

do lado uma porta e duas janellas; é todo assoalhado e telha vã, dividido em sala, quarto e cozinha, tem sobre o muro de pedra e cal dos fundos uma casinha meia agua, coberta de telha e assoalhada, tendo sala e quarto, está muito estragada, e avaliadas as casinhas em 100\$; o terreno medo do frente 10^m,50 e de fundos 32^m,60, estreitando para os fundos 5^m,10, é fechado pelo fundo e um lado por muro de pedra e cal, na frente e do outro lado por taboado e é avaliado em 1:000\$000. Somma 1:100\$000.

E não havendo arrematante pelo preço da avaliação voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10% e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do reg. que baixou com o decreto n. 9835, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 23 de julho de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 1 de agosto de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico prégão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra a viuva de Feliciano Castilho Costa Ferreira, por seu procurador opredio da rua da Ipiranga n. 6C, assoalhado, medindo de frente 6 metros e de fundos 32^m,10 formação de pedra e cal e divisões, frontal de tijolo, tem duas janellas e porta, pertadas de cantaria, é dividido em duas salas, quatro quartos, despensa e cozinha, é toda assoalhada e forrada, tem em toda a extensão da frente até a sala de jantar, um corredor e uma area no centro para onde deitam duas janellas e porta sendo esta para o corredor, tem em seguida a sala de jantar uma outra pequenã area e dá para ella duas janellas e porta, quintal todo fechado por um muro de pedra e cal dos lados e fundos, tendo neste um telheiro em meia agua. Esta casa acha-se muito estragada precisando reparos e pinturas. Avahada em 4:000\$000.

E não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de oito dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10% e, neste caso, será arrematado pelo maior preço que for offerecido sem que, em hypothese alguma, seja permitida a acção de nullidade, por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9835 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar, deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume, pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos.

Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 23 de julho de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, escrivão, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

Edital para exame de sufficiencia

O Dr. Manoel Martins Torres, juiz de direito da 1ª vara civil na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem, que tendo Manoel Francisco dos Santos Rocha Leão requerido neste juizo para prestar exame de sufficiencia afin de poder obter provisão de solicitador dos auditorios, foi por mim deferido o seu requerimento e designado o dia 4 de agosto do corrente anno, ás 11 horas da manhã, nomeando-se no acto examinadores. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente, que será publicado no *Diario Official*. Dado e passado nesta dita Capital Federal, aos 24 de julho de 1890. Eu Procopio Gomes Cabral Velho, escrivão, o subscrevi.—Manoel Martins Torres.

Parochia de Sant'Anna

Edital de convocação para alistamento militar

O pharmaceutico Benedicto Hypolito de Oliveira, juiz de paz mais votado do 1º districto da parochia de Sant'Anna nesta Capital Federal, etc., etc.

Faz saber aos que o presente edital virem que no dia 1º do proximo futuro mez do agosto, ás 10 horas da manhã, na escola municipal de S. Sebastião (sala do centro) se reunirá a junta de alistamento militar dessa parochia composta dos cidadãos Benedicto Hypolito de Oliveira, 1º juiz de paz, subdelegado e um dos supplentes do mesmo juiz de paz, na forma do regulamento n. 5881 de 27 de fevereiro de 1875, e decreto 10226 de 5 de abril do anno findo, para proceder ao alistamento dos cidadãos residentes nesta parochia aptos para o serviço do exercito e armada nos termos do art. 9º do citado regulamento. Funcionará por 10 dias consecutivos das 9 horas da manhã ás 3 da tarde; pelo que convoca a todos os interessados a comparecerem nesse lugar afin de darem os esclarecimentos e reclamações sobre seus direitos para que a junta, bem orientada da verdade, fique habilitada a fazer as declarações necessarias a esclarecer a junta revisora que tem de apurar esse alistamento. E para que chegue a noticia de todos mandou lavrar o presente edital, que será affixado na porta do edificio onde terá logar a reunião, e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta Capital Federal, em 1 de julho de 1890. Eu, Rodrigo Januario de Oliveira Ramos, escrivão de paz, subscrevi.—O pharmaceutico, Benedicto Hypolito de Oliveira.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 9551, de 3 de fevereiro de 1886, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão João Bartholomeu Pegot lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 65 do citado regulamento:

«João Bartholomeu Pegot, estabelecido com drogaria e pharmacia na cidade de Caruaru, desde o anno de 1859, por licença da camara municipal desta cidade, que então tinha competencia para conceder, como se vê do documento sob n. ..., e havendo, em dias de agosto ou setembro do anno passado, sido intimado, por intermedio da camara municipal, em virtude de ordem do Dr. inspector de hygiene publica desta provincia, para exhibir a licença com a qual tinha aberto sua pharmacia e drogaria, e tendo feito, para evitar duvidas e contestação, em outubro do citado anno, requereu licença para ter aberto drogaria; e sendo, entretanto, o supplicante licenciado pela camara municipal desta cidade para exercer a profissão de pharmaceutico, e sendo de absoluta necessidade a

existencia de uma pharmacia regularmente montada, como prova com attestados dos veadores da camara e do Dr. Pedro Jordão das Neves Vieira, facultativo aqui residente, vem o supplicante, amparado no art. 65 do decreto n. 9554, de 3 de fevereiro de 1886, requerer a V. Ex. que, satisfeitas as formalidades exigidas no citado decreto, de não haver titulado que pretenda estabelecer-se nesta cidade, lhe seja concedida a licença, ou antes, ractificada, porquanto, como já declarou o supplicante, é licenciado pela camara municipal em época que tal corporação tinha competencia. As exigencias dos requisitos exigidos na 1ª e 2ª parte do art. 65 do decreto citado estão preenchidas pelos documentos do ns. 1 a 4. Nestes termos, pede a V. Ex. deferimento. — E. R. M. — Caruaru, 21 de setembro de 1889. — *João Bartholomeu Pigot.* — Sobre duas estampilhas de duzentos réis cada uma.

E declara que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado lhe communicar, ou a Inspectoria de Hygiene da provincia de Pernambuco, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 7 de outubro de 1889. — Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Imprensa Nacional

AVISOS DA INSPECTORIA DE HYGIENE

De ordem do Sr. administrador faço publico que se acham nesta repartição, remetidos pela Inspectoria Geral de Hygiene, os avisos infra para serem publicados mediante prévio pagamento:

- Alfredo Starling.
- Antonio Augusto Leitão.
- Antonio Buono do Prado Pinheiro.
- Antonio da Costa Lopes Junior.
- Euzebio Alves Sarmento.
- Ernesto Henrique Richter.
- Francisco Augusto de Aguiar.
- Francisco de Assis Rocha.
- Francisco Cozzi.
- Francisco Xavier de Seabra Andrade.
- Felinto Elyσιο Pires Ferreira.
- Hermann Schlobach & Costa.
- Hermelino Antonio da Silveira.
- Hilario José Pereira.
- João Bonifacio de Medeiros Gomes.
- Joaquim do Lavor Paes Barreto.
- Joaquim Lopes Moreira.
- Joaquim de Souza Guimarães.
- José Annibal Cataldi.
- José Felix de Almeida Cotta.
- José Ignacio da Gloria.
- José Maria Lopes Teixeira.
- Leovegildo Maria de Oliveira.
- Manoel Joaquim Barbosa de Andrade
- Manoel Pinto Netto.
- Octavio de Carvalho Lobão.
- Quintino Thomaz de Oliveira.
- Tude Pinto Crespo (capitão).

Secção central, 18 de junho de 1890. — A. J. *Carlos Pereira de Barros*, ajudante do administrador.

COMMERCIO

Cambio

Rio, 25 de julho de 1890

O mercado continuou firme: os bancos mantiveram oficialmente, a taxa de 23 d., sobre Londres; mas realizaram-se operações a taxas mais altas.

As tabeellas nos Bancos Commercial, Sul-Americano, do Commercio, English Bank, London Bank, Industrial, Allemão e Franco-Brazileiro, foram as seguintes:

Londres, por 1\$.....	23 d., a 90 d/v.
Pariz, por franco....	415 a 414 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco	515 a 512 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	419 a 417 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	235 0/0, a 3 d/v.
Nova-York, por dolar.....	2\$190 e 2\$180 á vista.

O movimento do dia foi menos que regular, sobre Londres, a 23 1/4 e 23 7/16 d., bancario, 23 2/8 d., dito contra caixa filial e a 23 7/16, e 23 1/2 d., papel particular.

Repasou-se papel bancario a 23 3/8 d.

VALORES DA BOLSA

O movimento foi o importante.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BOLSA

Apolices

21 apolices geraes de 1:000\$.....	971\$000
15 ditas idem.....	970\$900
8 ditas idem.....	970\$900
3 ditas idem.....	970\$900
4 ditas idem.....	968\$900
17 ditas idem.....	963\$900

Soberanos

1.000 Soberanos.....	10\$330
1.000 ditos.....	10\$330
2.000 ditos.....	10\$360

Ações de bancos e companhias

50 ações do Banco Auxiliar.....	82\$000
50 ditas idem.....	82\$000
200 ditas Colonizador e Agricola...	83\$500
130 ditas do Brazil c/50 %.....	144\$500
300 ditas idem.....	144\$500
100 ditas idem.....	285\$000
20 ditas idem.....	285\$000
95 ditas idem.....	285\$000
60 ditas idem.....	285\$000
12 ditas Credito Real do Brazil.	200\$000
130 ditas Constructor.....	93\$500
400 ditas idem.....	93\$500
50 ditas idem.....	93\$500
300 ditas idem.....	93\$500
200 ditas idem.....	93\$500
980 ditas idem.....	93\$500
100 ditas idem c/50 %.....	133\$500
20 ditas do Rural.....	350\$000
20 ditas Mercantil dos Varegistas.	210\$000
100 ditas Sul Americano.....	70\$000
330 ditas idem.....	70\$000
50 ditas idem.....	70\$000
200 ditas idem.....	70\$000
500 ditas idem.....	70\$000
100 ditas idem.....	62\$500
200 ditas Estados Unidos do Brazil.	109\$000
150 ditas idem.....	109\$000
160 ditas União de S. Paulo.....	60\$000
72 ditas Commercial.....	122\$500
100 ditas do Popular.....	116\$000
50 ditas idem.....	116\$000
1600 ditas Comp. Leopoldina.....	72\$500
200 ditas idem.....	72\$500
50 ditas idem.....	72\$500
100 ditas idem.....	72\$500
50 ditas idem.....	72\$500
100 ditas idem.....	72\$500
100 ditas idem.....	72\$500
293 ditas idem.....	72\$500
100 ditas idem.....	72\$500
100 ditas idem.....	72\$500
50 ditas idem.....	72\$500
300 ditas idem.....	72\$500
25 ditas idem.....	72\$500
371 ditas idem.....	72\$500
500 ditas idem.....	72\$000
572 ditas idem.....	72\$000
800 ditas idem.....	72\$000
800 ditas idem.....	72\$000
140 ditas idem.....	73\$000
145 ditas idem.....	73\$000
50 ditas idem.....	73\$000
300 ditas idem para o 1º dia de transferencia, c/d.....	73\$000
500 ditas idem, idem.....	73\$000
500 ditas idem para 15 de agosto....	74\$000
1000 ditas idem.....	77\$000
200 ditas idem.....	77\$000
600 ditas idem.....	77\$000
500 ditas idem para 31.....	77\$000
50 ditas do Lloyd Brasileiro.....	70\$000
50 ditas idem.....	70\$000
50 ditas idem.....	174\$000
10 ditas idem.....	174\$000
300 ditas Sapucahy.....	87\$000
100 ditas Sorocabana para 21.....	115\$000
300 ditas Minas S. Jeronymo para agosto.....	146\$000
300 ditas idem, a dinheiro.....	33\$000
300 ditas idem.....	33\$500
115 ditas idem.....	145\$000
50 ditas Jardim Botânico.....	187\$000
20 ditas do Hotel Internacional....	30\$000
10 ditas Minas e Jeronymo.....	142\$000

Letras hypothecarias

30 Letras do Banco Credito Real do Brazil, papel.....	90\$000
Debentures	
13 Debts. Sorocabana.....	89\$500
12 ditas idem.....	89\$500

COTAÇÕES OFFICIAES

Apolices

Apolices geraes de 1:000\$.....	970\$000
Ditas idem.....	968\$000
Soberanos	
Soberanos.....	10\$360

Ações de bancos e companhias

Banco Auxiliar.....	82\$000
Dito Colonizador e Agricola.....	83\$500
Dito do Brazil, c/50 %.....	144\$500
Dito idem.....	285\$000
Dito Credito Real do Brazil.....	200\$000
Dito Constructor.....	93\$500
Dito idem c/50 %.....	133\$500
Dito Rural.....	35 \$000
Dito Mercantil dos Varegistas.....	210\$000
Dito Sul Americano.....	70\$000
Dito idem.....	69\$500
Dito Estados Unidos do Brazil.....	109\$000
Dito União de S. Paulo.....	60\$000
Dito Commercial.....	122\$500
Dito Popular.....	115\$000
Comp. Leopoldina.....	72\$500
Dita idem.....	72\$000
Dita idem para o 1º dia de transferencia, c/d.....	73\$000
Dita idem para 15 de agosto.....	74\$000
Dita idem.....	77\$000
Dita idem para 31.....	77\$000
Dita Lloyd Brasileiro.....	70\$000
Dita idem.....	174\$000
Dita Sapucahy.....	87\$000
Dita Sorocabana, para 31.....	115\$000
Dita Minas S. Jeronymo para agosto.	146\$000
Dita idem, a dinheiro.....	33\$000
Dita idem.....	33\$500
Dita idem.....	145\$000
Dita idem.....	187\$000
Dita Jardim Botânico.....	187\$000
Dita Hotel Internacional.....	30\$000

Debentures

Comp. Sorocabana.....	89\$500
-----------------------	---------

Letras hypothecarias

Banco Credito Real do Brazil, papel.	90\$000
J. J. Fernandes, presidente. — Pompeo Pereira Palha, secretario.	

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento do dia 1 a 24 de julho de 1890.....	1.838:321\$663
E do dia 25 (até ás 3 horas)....	115:793\$470
<hr/>	
	2.014:120\$138
No mesmo periodo de 1889.....	4.270:700\$961

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 24 de julho de 1890.....	592:477\$433
E do dia 25.....	39:653\$087
<hr/>	
	623:130\$520
No mesmo periodo de 1889.....	495:094\$123

RECEBEDORIA NO CAES DO PIAROUX

Rendimento do dia 1 a 24 de julho de 1890.....	33:190\$014
E do dia 25.....	1:214\$099
<hr/>	
	31:404\$113

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 24 de julho de 1890 foram:		Desde 1 do mez
Aguardente.....	6	75 pipas.
Arroz.....		8.412 kilogs.
Assucar.....	21.700	114.526 »
Algodão.....		85.416 »
Café.....	175.803	3.976.901 »
Carvão vegetal.....	39.500	717.668 »

Couros seccos e sal-		
gados.....	381.608	»
Farinha de mandioca	1.212	»
Feijão.....	8.966	»
Fumo.....	17.171	232.107
Madeirasas.....		95.429
Milho.....	3.878	365.058
Polvilho.....	4.479	7.794
Queijos.....	2.863	138.258
Tapioca.....		1.650
Toucinho.....	2.000	6.253
Diversas.....	47.519	1.465.287

CAFÉ

Telegramma expedido pela Associação Commercial para Nova York, em 25 de julho de 1890, de manhã:

	Saccas
Existencia total.....	178.000
Entradas no dia 21.....	4.000
Idem em Santos.....	3.000
Embarques para os Estados Unidos....	5.000
Embarques para a Europa.....	3.000
Estado do mercado: firme.	

Frete por vapor..... 20 c. e 5 %

Preços:
1ª regular 7\$850 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 20 1/4 c. por libra.
2ª boa 7\$300 por 10 kilos, despezas de frete por 19 c. por libra.

Movimento do Porto

Saídas

Liverpool — paq. ing. *Laplace*, comm. F. Salter.
Nova York — paq. ing. *Holbein*, comm. J. Davies.
Genova e escalas — paq. ital. *Adria*, comm. G. B. De Marchi; passags. Manoel Fernandes da Silveira, os italianos Tronconi Giovanni, Biagio Antonio Friato, Giffoni Domenico, Camillo Molteni Villa e sua familia, mais 70 de 3ª classe e 167 em transito.
Delaware Breckwater — gal. ing. *Tusnar*, 1.555 tons., m. W. H. Peunau, eq. 21, em lastro de pedra.
Santa Lucia — vap. ing. *Fulham*, 1.300 ton., m. F. Mthew, eq. 18, c. carvão.
Sandy Hook — barca norueg. *Skvægron*, 705 tons. m. A. Asulpen, eq. 9, em lastro de pedra.
Laguna — pat. *Santo Antonio*, 133 tons., m. Pedro Alcantara Oliveira, eq. 8, c. varios generos.
Barra de S. João — hiate *Gargod*, 44 tons. m. Francisco Antonio da Costa, eq. 5, c. varios generos.
Canavieiras e escalas — paq. *Mathilde*, comm. Francisco Augusto Capella, passags. Dr. Vicente Tourinho, Tito Livio de Castro Velloso e Diogo Pires e mais 7 passageiros de prót.
Santos — paq. allem. *Ohio*, com. A. Dehle, passags. Dr. Pereira da Cunha, Elpidio de Oliveira, Panchito Lopes; allemães João Klöcher, Jorge Eisanbach, Otto Laux e sua mulher e mais 8 de 3ª classe e 41 em transito.

Entradas no dia 25

Porto Alegre e escalas — 8 ds. (2 1/2 ds. do Desterro), paq. ing. *Chatham*, com. A. Allen.
Rosario de Santa Fé, 20 ds., lug. norueg. *Palander*, 302 t., m. F. T. Pedersen, eq. 8, c. trigo.
Santos — 10 hs., paq. allem. *Paraguassú*, comm. Z. Riedel; passags. Manoel Pedro Pimenteiro, Joaquim Gomes Marinho, José Dias Marques e uma filha, E. Ferreira dos Santos, João Baptista de Carvalho, Paulo Austringer, João E. Bloiz, Navarro de Andrade e 67 em transito.
Havre e escalas — 28 ds., 72 hs., da Bahia, vap. franc. *Ville de Pernambuco*, 1595 tons. m. Roux, eq. 37, c. v. g., a F. Mason; passags. Olympio Fr derico Loup, Rosino de Moraes; os port. Luiz Vieira Bastos, Manoel José Ferreira Cruz, mais 52 de 3ª cla. se. e 5 em transito.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Industrial de Dynamite

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL CONSTITUTIVA

A 1 hora da tarde do dia 7 de julho de 1890, no salão do Banco de Credito Real do Brazil, presentes os Srs. accionistas inscriptos no respectivo livro de presença, representando mais de dous terços do capital subscripto, na fórma da lei, o Sr. José Ferreira Mendes de Carvalho, como representante da firma M. Almeida & Comp. e dos demais incorporadores da companhia, declara aberta a sessão e convida para presidente da assemblea o Sr. accionista João José da Silva e Souza o qual por unanimidade de votos assume a presidencia, convidando para secretarios os Srs. accionistas Dr. Luiz Teixeira de Bittencourt Sobrinho e José Ferreira Mendes de Carvalho, que occupam seus logares.

Assim constituida a mesa o Sr. presidente manda proceder à leitura do seguinte titulo de deposito:

«Rs. 50:000\$000. Na qualidade de thesoureiro do Banco de Credito Real do Brazil, declaro que fica depositado neste Banco a quantia de 50:000\$, correspondente à primeira entrada de 10 % sobre 2.500 acções da Companhia Industrial de Dynamite, recebida dos respectivos subscriptores.»

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1890. — O thesoureiro do Banco de Credito Real do Brazil. — *Perrier.*»

Na fórma da lei são englobadamente lidos os estatutos, por proposta do Sr. accionista Antonio Teixeira da Costa e Souza, que vão na integra transcriptos no fim da presente acta, e são unanimemente approvados conjuntamente com a proposta do Sr. accionista Dr. João Francisco Pestana, que é do teor seguinte:

« Proponho que os directores da companhia percebam cada um o honorario mensal de 400\$; o presidente terá mais *pro labore* a gratificação mensal de 200\$ e o director tecnico a de 10\$000.

Esses honorarios só serão pagos depois que a fabrica começar a funcionar, excepto quanto ao director tecnico.

Rio de Janeiro, 7 do julho de 1890. — *João Francisco Pestana.*»

O Sr. presidente declara achar-se constituida a companhia.

O Sr. accionista Dr. João Francisco Pestana pede a palavra e envia à mesa a proposta seguinte:

« Proponho que a directoria fique autorizada a pagar as despezas da incorporação da companhia.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1890. — *João Francisco Pestana.*»

Sendo submettida a proposta à assemblea é unanimemente approvada.

O Sr. accionista Dr. João Francisco Pestana propõe que, achando-se presente toda a directoria, seja ella empossada.

Submettida a proposta verbal à assemblea é unanimemente approvada.

Empossada a directoria, o director Sr. Dr. Benjamin Franklin de Albuquerque Lima, em breves palavras agradece aos Srs. accionistas a honra que lhe conferiram, fazendo votos pela prosperidade da companhia.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradece a presença dos Srs. accionistas a honra que lhe fizeram, faz votos pela prosperidade da companhia, e encerra a sessão, mandando, *in continenti*, lavar a presente acta, que vai assignada pelos Srs. accionistas presentes. — Dr. *João José da Silva e Souza*, presidente. — Dr. *Luiz Teixeira de Bittencourt Sobrinho*, secretario. — *José Ferreira Mendes de Carvalho*, secretario. — (Seguem-se as assignaturas dos accionistas presentes.)

ESTATUTOS

CAPITULO I

Da organização da companhia

Art. 1.º Fica estabelecida na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil uma sociedade anonyma, sob a denominação de Companhia Industrial de Dynamite, para os fins mencionados nestes estatutos.

Art. 2.º A duração da companhia será de 30 annos, a contar da data de sua instalação, podendo ser este prazo prorogado per deliberação da assemblea geral. Antes do fim deste prazo só poderá ser dissolvida a companhia nos casos previstos em lei ou por perdas que absorvam o fundo de reserva e mais metade do capital social.

Art. 3.º A liquidação da companhia, no caso de dissolução, será feita de accordo com a resolução da assemblea geral dos accionistas e com as disposições das leis vigentes.

Art. 4.º A sede desta companhia será nesta Capital Federal, onde também estará seu foro, para todos os seus contractos e acções judicarias que delles provierem.

Art. 5.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

CAPITULO II

Dos fins da companhia

Art. 6.º Os fins da companhia são: fabricar dynamite e explosivos congeneres, e fazer as operações de credito que para esse fim sejam necessarios e sejam permitidos por lei.

CAPITULO III

Do capital social

Art. 7.º O capital da companhia é de 500:000\$, dividido em 2.500 acções de 200\$ cada uma; podendo ser augmentado por deliberação da assemblea geral.

Art. 8.º O accionista é responsavel pela quota de capital das acções que subscrever ou lhe forem pedidas por qualquer titulo.

Aquelle que não realizar a entrada na época determina la, poderá fazel-o com multa de 10 %, até ao prazo de 60 dias, terminado o qual serão suas acções declaradas em commisso, revertendo ao fundo de reserva as quotas anteriormente pagas. Estas acções poderão ser reemittidas, revertendo igualmente para o fundo de reserva os lucros que dali possam resultar.

Art. 9.º No caso de augmento de capital, terão preferencia na distribuição das novas acções os accionistas da instalação da companhia, fazendo-se rateio entre elles, si subscverem numero de acções superior a nova emissão, e só quanto ao excedente, si houver, serão admittidos novos accionistas.

Art. 10. Afim de declararem si subscverem ou não as novas acções serão convidados por annuncios os accionistas da instalação, ficando-se-lhes um prazo, dentro do qual responderão por escripto. O seu silencio será considerado como renuncia.

Art. 11. A primeira chamada será do valor de 10 % sobre cada acção, antes da constituição da companhia.

Art. 12. As outras prestações serão também de 10 % por acção, devendo as chamadas ter entre si intervallo, nunca menor, de 60 dias, com annuncio prévio de 15 dias, pelo menos, publicados nos jornaes de maior circulação.

Art. 13. Qualquer premio proveniente das acções emittidas para augmento de capital, será levado à conta do fundo de reserva.

CAPITULO IV

Da assemblea geral

Art. 14. A assemblea geral se constituirá com accionistas previamente convocados, podendo estes somente serem representados por procuradores, contanto que também sejam accionistas e não façam parte da directoria ou conselho fiscal.

Art. 15. Os accionistas menores ou interdictos serão representados por seus paes, tutores ou curadores, as mulheres casadas por seus maridos, as heranças indivisas por seus inventariantes, as firmas socias por um dos

socios ou representantes, e, em geral, as corporações ou pessoas jurídicas por seus administradores ou propositos.

Art. 16. A convocação da assembleia geral será feita por annuncios firmados pelo presidente da directoria, e publicados nos jornaes de maior circulação, pelo menos, com 15 dias de antecedencia, declarando-se nos annuncios o lugar, dia e hora e fins da reunião.

Art. 17. Considerar-se-hão habilitados para votar os accionistas possuidores de cinco ou mais acções, e como taes inscriptos no registro da companhia com 30 dias de antecedencia ao da reunião. Os demais accionistas poderão tomar parte nas discussões, porém, não terão o direito de voto.

Art. 18. A assembleia geral considerar-se-há legalmente constituída quando em virtude de sua convocação se acharem reunidos accionistas que representem, pelo menos, um quarto do capital realzado.

Art. 19. Constituída a assembleia geral, poderá resolver sobre tudo que for da sua competencia, excepto sobre a reforma de estatutos, dissolução e liquidação, e augmento do capital social, para o que é necessario, pelo menos, a representação dos dous terços do capital.

Art. 20. Cinco acções dão direito a um voto, mas nenhum accionista terá direito a mais de 20 votos.

Art. 21. Poderá um só procurador representar diversos accionistas, porém, em caso algum terá direito a mais de 20 votos.

Art. 22. A assembleia geral tanto ordinaria como extraordinaria serão interinamente presididas pelo presidente da directoria, até que seja aclamado outro accionista para dirigir os trabalhos escolhendo este dous accionistas para secretarios.

Art. 23. Reunir-se-ha a assembleia geral ordinaria no correr do mez de maio de cada anno, mais poderá reunir-se extraordinariamente todos as vezes que a directoria e o conselho fiscal julgarem preciso, ou quando o requererem accionistas que representem, pelo menos, um quinto do capital.

Neste ultimo caso o presidente da directoria convocará a reunião com antecedencia de 15 dias.

Art. 24. Na reunião da assembleia geral ordinaria o conselho fiscal apresentará o seu parecer sobre o balanço, contas e inventarios da companhia, o qual depois de submettido á discussão, será approvado ou reprovado por maioria de votos, contados segundo o estabelecido nos arts. 20 e 21.

Art. 25. Nas assembleias geraes extraordinarias tratar-se-ha sómente dos assumptos que motivarem a convocação.

Art. 26. Nas assembleias geraes para eleição da directoria e do conselho fiscal, será eleita em primeiro lugar a directoria por escrutinio secreto e por maioria de votos, e em seguida pela mesma forma serão eleitos o conselho fiscal e seus supplementes. Em caso de empate será preferido o votado que possuir maior numero de acções, e em condições iguaes o accionista mais antigo.

Poderão ser reeleitos a directoria e o conselho fiscal.

Art. 27. Compete á assembleia geral:

Alterar ou reformar os estatutos;
Julgar as contas annuaes;
Nomear e destituir os membros da directoria e do conselho fiscal, marcando ordenados a todos;

Resolver o assumpto do capital, liquidação, dissolução da companhia e sobre qualquer objecto para que for convocada, dentro dos limites de sua competencia.

CAPITULO V

Da directoria

Art. 28. A companhia será administrada por uma directoria composta de quatro membros que entre si escolherão o presidente, secretario, thesoureiro e director-technico.

Art. 29. Cada membro da directoria depositará no escriptorio da companhia como caução a responsabilidade da sua gestão, 50 acções que serão inalienaveis emquanto exercer o cargo e não forem tomadas as respectivas contas.

Art. 30. A directoria reunir-se-ha tantas vezes quantas o interesse da companhia o exigir; mas, pelo menos, uma vez por mez.

De cada reunião lavrar-se-ha uma acta, da qual constará, em detalhe, as resoluções que forem tomadas.

As resoluções serão tomados por maioria de votos presentes.

Não poderá haver sessão sem o comparecimento de tres membros inclusive o presidente.

Art. 31. Os membros da directoria serão eleitos pela assembleia geral dentre os accionistas de 50 ou mais acções, por escrutinio secreto e maioria de votos; e quando não haja esta no primeiro escrutinio se procederá a segundo, entre os candidatos mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, prevalecendo a maioria apurada neste e decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 32. Não podem servir conjuntamente na directoria pai e filho, sogro e genro, cunhados, emquanto durar o cunhado, os parentes até segundo grão, e os socios de firmas commerciaes, sendo, portanto, nullos os votos por ventura dados aos que estiverem nestas circumstancias.

Art. 33. Vagando algum lugar de membro da directoria, esta o preencherá nomeando para esse fim um accionista que possa ser eleito pela assembleia, de conformidade com a primeira parte do art. 31. O director assim nomeado exercerá o cargo até á primeira reunião da assembleia geral, que approvará a sua nomeação ou elegerá outro. O director assim nomeado ou eleito exercerá o cargo por todo tempo que exerceria aquelle a quem substituiu.

Art. 34. Os membros da directoria que se ausentarem ou que faltarem as funções de seu cargo por tres mezes consecutivos serão considerados como tendo resignado o cargo, salvo si esta ausencia for motivada por serviço da companhia.

Nos impedimentos temporarios dos membros da directoria, por mais de 120 dias, poderá o impedido ser substituído, até que compareça, por um membro do conselho fiscal nomeado pela directoria, o qual terá a necessaria qualificação.

Art. 35. A directoria exercerá o mandato por tres annos, podendo seus membros ser reeleitos.

Art. 36. Compete á directoria:

Deliberar sobre as contas annuaes que tenham de ser presentes á assembleia geral, assim como a fixação do dividendo e propostas relativas á reforma de estatutos, prolongação e dissolução da companhia e augmento de capital;

Nomear o demittir todos os empregados, marcando-lhes ordenado e attribuições. Finalmente, tomar todas as resoluções e fazer executar todas as medidas que entender convenientes aos interesses da companhia.

Art. 37. Compete ao presidente da companhia:

Apresentar á assembleia geral dos accionistas, em suas reuniões ordinarias e em nome da directoria, relatório annual do estado da companhia, presidir as sessões da directoria, regular seus trabalhos, executar, fazer executar, fielmente, estes estatutos, as deliberações da directoria e da assembleia geral. Convocar extraordinariamente a directoria sempre que julgar convenientemente ouvir sobre quaesquer assumptos concernentes á administração da companhia. Assignar toda a correspondencia da companhia, escripturas, contractos e documentos que importem responsabilidade para a companhia. Representar a companhia em juizo ou fóra d'elle.

Art. 38. Ao secretario compete:

Ter sob sua guarda os livros em que forem lançadas as actas das reuniões da assembleia geral e da directoria. Ter a seu cargo a boa ordem de toda a escripturação da companhia. Redigir todas as actas das sessões da directoria, mesmo quando esta se reunir com o conselho fiscal.

Art. 39. Ao thesoureiro compete:

Ter debaixo da sua guarda e responsabilidade os fundos pertencentes á companhia, recolhendo-os, porém, a um banco escolhido pela directoria, logo que exceder de 3:000\$; Apresentar á directoria as contas que tenham de ser pagas;

Apresentar mensalmente a caixa para ser conferida pelos directores.

Art. 40. Ao director technico compete:

Fabricar dynamite e explosivos congeneres; Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os machinismos e materia prima para a fabricação de dynamite e explosivos;

Propor á directoria os empregados que tiverem de ser admittidos na fabrica de dynamite e explosivos, arbitrando-lhes, de accordo com a mesma directoria, ordenados;

Apresentar em tempo a nota do que for preciso para a fabricação de dynamite e explosivos;

Manter a ordem e a moralidade na fabrica; Dar aos demais membros da directoria os esclarecimentos que lhe forem pedidos.

CAPITULO VI

Do conselho fiscal

Art. 41. O conselho fiscal se comporá de tres membros effectivos e de tres supplementes, eleitos annualmente entre os accionistas pela forma indicada no art. 26.

Art. 42. Compete ao conselho fiscal:

Fiscalisar em qualquer tempo os actos da administração e auxiliar a directoria sempre que esta o solicitar;

Examinar antes da assembleia geral ordinaria os livros e mais documentos da companhia, bem como o balanço apresentado pela directoria e formular sobre este o seu parecer por escripto.

CAPITULO VII

Das dividendos e fundo de reserva

Art. 43. Dos lucros liquidos deduzir-se-hão semestralmente 10% para constituir o fundo de reserva, até que este atinja a somma de 100:000\$, sendo o restante dividido pelos accionistas.

Art. 44. Completada a quantia de 100:000\$ destinada ao fundo de reserva, os lucros liquidos verificados pelos balanços semestraes serão divididos pelos accionistas deduzindo-se apenas 10% para aquelle fundo, elevando-se de novo essa dedução a 10%, quando no semestre anterior tenha o fundo de reserva soffrido desfalque superior a 20:000\$000.

Art. 45. O dividendo não reclamados pelos accionistas no prazo de cinco annos prescrevem em favor da companhia.

CAPITULO VIII

Das disposições geraes

Art. 46. Os casos não previstos nestes estatutos serão regulados pela lei das sociedades anonymas.

Art. 47. A directoria da companhia, pelo prazo de cinco annos, fica constituída pelos Srs.:

Dr. Benjamin Franklin de Albuquerque Lima, engenheiro.

Antonio Joaquim de Almeida, negociante.
Adolpho Ubaldino Xavier, negociante.
Giovanni Morsi, industrial.

Art. 48. O conselho fiscal que tem de servir no primeiro anno fica constituído dos Srs.:

Conselheiro Dr. João da Matta Machado.
Commendador Antonio Alves Matheus.
Dr. Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho e os supplementes dos Srs.:
Francisco Rodrigues do Nascimento.
Dr. João Francisco Pestana.
Gabriel da Cunha Vieira.
Rio de Janeiro, 1 de julho de 1890.
(Assignados os accionistas da companhia.)

Certifico que foram hontem archivados nesta repartição, sob n. 895, em virtude de despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia Industrial de Dynamite e mais documentos exigidos pela lei. Pagou pelas estampilhas abaixo colladas 5\$ de sello na conformidade do aviso do Ministerio da Fazenda de 20 de abril de 1885 e \$200 de taxa adicional de 5%.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 25 de julho de 1890.—O secretario, Cesar de Oliveira. Colocado a um lado o grande sello da Junta.

Banco Alliança do Brazil

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL DE INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mez de julho do corrente anno de 1890, por 12 horas do dia, e no salão do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, comparecendo accionistas em numero que representava mais de dous terços do capital, para, segundo a lei, ser iniciada a presente assemblea, foi pelo accionista o Sr. João Rodrigues da Silva aberta a sessão de installação, convidando para presidil-a o Sr. Francisco Antonio Monteiro, que graciosamente accedeu, e indicou para secretarios os Srs. Arthur de Campos Freitas e Victor Mendes, indicação esta que foi do geral agrado da assemblea.

Lido que foi pelo Sr. secretario Arthur Freitas o certificado do deposito de cem contos de réis (100:000\$), equivalente a 10% do capital emitido, feito no Banco dos Estados Unidos do Brazil, pelo mesmo senhor foram lidos os estatutos que mereceram unanime approvação dos accionistas, e os assignaram, aclamando a primeira directoria que ficou assim composta:

Presidente, João Rodrigues da Silva; secretario, José Gonçalves da Motta; thesoureiro, Manoel Joaquim Gonçalves Pereira. Membros effectivos do conselho fiscal, Eugenio de Souza Fernandes Passos, Manoel Augusto de Medeiros e Faria & Lopes. Supplentes, Francisco da Silva Mourão, J. J. Torres & Comp., Bento Lopes do Nascimento Guimarães, Joaquim de Souza, Francisco Antonio Monteiro e Manoel José Gonçalves Pereira.

E, nada mais havendo a tratar, deu elle presidente por encerrada a sessão, de que mandou lavrar a presente acta que assigna com os secretarios, directores, membros do conselho fiscal eleitos e accionistas presentes. (Assignados) Francisco Antonio Monteiro, presidente da assemblea; Arthur de Campos Freitas, 1º secretario; Victor Mendes, 2º secretario; Manoel Joaquim Gonçalves Pereira, por procuração de Pedro da Cunha Beltrão, de D. Amélia Galvão de Paiva, de Antonio José Barbosa e de Antonio Mendes da Silva, Manoel Joaquim Gonçalves Pereira, João Rodrigues da Silva, por si e sua senhora D. Carolina Clara da Silva, por procuração do Dr. Luiz José Pereira Simões, João Rodrigues da Silva, Manoel José de Moura, José Gonçalves da Motta, Miguel Peixoto Moreira, Manoel José Gonçalves Pereira, Joaquim de Souza, Pio Abel de Paiva, Alfredo de Andrade, Francisco Antonio Pires Carrapatoso, Manoel Rodrigues dos Santos, José Borges Pereira, Paulino Fernandes, Antonio Luiz de Souza Mello, José Lopes Pereira do Lago, Baptista Figueiredo & Comp., Arthemisia Candida Nunes, João Gonçalves da Motta, Dr. Ignacio Landell de Moura, Rodrigo Vieira Pinto de Azevedo, Narciso Augusto Pinto de Miranda, Victorino Leão, José Augusto de Souza Menezes, Casimiro Salgado, Eugenio de Souza Fernandes Passos, Domingos Joaquim de Azevedo, Manoel Augusto de Medeiros, Costa Gonçalves & Comp., Aurelio Ferreira dos Santos, Arantes & Rabello, Cardoso & Guimarães, M. J. Dias da Silva, José Fernandes Pereira, Dario Teixeira da Cunha, Costa Mano & Comp., Duarte Lima & Comp., Brandão Gama & Comp., Ajax Lobo, José Nicoláo Mendes, Manoel de Seixas Mesquita Almeida, J. Paulino Ribeiro, Pedro José Bernardes, J. J. Torres & Comp., Almeida Ribeiro & Comp., Juan Capplouch y Puerto, J. de Souza No-

vaes, Castro Rocha & Comp., Rodrigo Faria Almeida Torres, Faria & Lopes, José Ribeiro de Faria, Antonio Severo Pereira da Costa, por procuração de Bento Lopes do Nascimento Guimarães, José Gonçalves da Motta, Antonio Ferreira da Silva Brandão, J. J. Almeida Junior, F. Borges & Comp., Manoel José Marques de Andrade, por procuração de Nunes dos Santos & Comp., Joaquim da Costa, Emanuel Cresta e Francisco José Rodrigues.

ESTATUTOS

CAPITULO I

Organização, sede e duração do banco

Art. 1.º Fica constituída nesta capital, de accordo com a lei, uma sociedade anonyma denominada Banco Alliança do Brazil, para os fins exarados nestes estatutos.

§ 1.º Sua sede, administração e foro será para todos os effectos de direito na capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

§ 2.º Durará 30 annos a contar da data da installação, podendo ser prorogado este prazo por deliberação da assemblea geral.

CAPITULO II

Capital do banco

Art. 2.º E' de 1.000:000\$ (mil contos de reis) o capital do banco constituído por 5.000 acções de 200\$ (duzentos mil reis) cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assemblea geral.

Art. 3.º Será realizado o capital em prestações de 10%, sendo a primeira no acto da subscrição, a segunda depois de constituído o banco, e as restantes com intervallos nunca inferiores a 30 dias, para o que se farão annuncios com antecipaçao de 15 dias, sendo, porém, permitida a antecipaçao das entradas.

Art. 4.º O accionista que não fizer suas entradas no prazo determinado perderá, em favor do banco, o direito ás anteriores, sendo declaradas suas acções em comisso, salvo justificação approvada pela directoria, que neste caso lhe marcará novo prazo, que correrá da data em que findou o primeiro, com onus de mais 5% sobre a entrada a fazer.

Art. 5.º Vender-se-hão as acções que cahirem em comisso, levando-se seu producto á conta de fundo de reserva, emittindo outras.

CAPITULO III

Dos accionistas e acções

Art. 6.º O banco não reconhece mais de um proprietario para cada acção, sendo, portanto, considerado indivisivel o mesmo titulo.

Art. 7.º Os titulos definitivos ou as cautelas serão nominativas.

CAPITULO IV

Fins do banco e suas operações

Art. 8.º O banco tem por fim auxliar o commercio, industrias e artes, e poderá fazer as seguintes operações:

§ 1.º Abrir creditos facultativos em conta corrente de movimento mediante condições arbitradas pela directoria.

§ 2.º Realizar emprestimos de dinheiro sobre titulos com responsabilidade de uma ou mais firmas.

§ 3.º Fazer adiantamento sobre penhor de ouro, prata e mais valores preciosos.

§ 4.º Receber em caução apolices da divida publica, municipal e dos estados confederados, acções de bancos e companhias, debentures, letras hypothecarias, letras de cambio e quaesquer titulos cotados e negociaveis nesta praça, podendo outrosim subscrever os que julgar conveniente.

§ 5.º Adeantar dinheiro sobre mercadorias que não sejam de facil deterioração, armazenadas nas alfandegas, trapiches ou em viagem, quando taes operações offerçam inteira segurança de reembolso em curto prazo.

§ 6.º Descontar e redescontar letras e outros titulos pagaveis nesta praça, bilhetes do Theouro, cautelas da Casa da Moeda e quaesquer titulos da divida publica geral, dos estados ou municipal, e de corporações legalmente constituídas.

§ 7.º Receber dinheiro em deposito a prazo fixo, ou com data indeterminada, em conta corrente, com ou sem juros.

§ 8.º Comprar ou vender, por conta propria ou de terceiros, bens de raiz e administral-los, receber os alugueis, e adeantar sobre os mesmos qualquer quantia mediante commissão e condições convencionadas com a administração, não devendo o prazo de adiantamento exceder a seis mezes.

§ 9.º Aceitar para a liquidação de suas dividas ou responsabilidades, e conservar pelo tempo que convier, quaesquer titulos, moveis e hypothecas.

§ 10.º Emittir por sua conta ou de terceiros, mediante commissão, emprestimos sobre titulos de preferencia (*debentures*), de accordo com a lei n. 3150 sobre sociedades anonymas, accetando para esse fim as respectivas escripturas de garantia.

CAPITULO V

Da assemblea geral

Art. 9.º A assemblea geral compõe-se dos accionistas, cujas acções tenham sido registradas no banco, pelo menos, 30 dias antes da reunião.

Art. 10.º A ordem da votação é de um voto para cada 10 acções, não podendo nenhum accionista ter direito a mais de cincoenta (50) votos, seja qual for o numero das que possua, ou represente por procuração.

Art. 11.º Para que a assemblea possa validamente funcionar, é indispensavel, que se ache no minimo representada a terça parte do capital emitido; e seja convocada com antecedencia de 15 dias; si, porém, não puder realisar-se por falta de numero legal, nova convocação se fará com intervallo de 15 dias, podendo funcionar a assemblea á 3ª convocação com o numero dos accionistas que comparecerem.

Art. 12.º Haverá annualmente uma assemblea geral ordinaria para apresentação, discussão e deliberação sobre balanço, contas annuaes, e parecer do conselho fiscal.

Art. 13.º Compete á assemblea geral:

§ 1.º Resolver acerca de todos os negocios do banco, que não estejam expressamente commettidos á directoria, observando-se as prescripções legais.

§ 2.º Elegar a directoria e conselho fiscal.

§ 3.º Deliberar acerca das contas e relatório da directoria e conselho fiscal.

§ 4.º Ordenar os exames e investigações que julgar convenientes.

§ 5.º Reformar os presentes estatutos.

§ 6.º Resolver sobre o augmento do capital do banco.

§ 7.º Resolver a dissolução do banco, ou sua continuação, e sobre a forma de liquidação.

§ 8.º Deliberar sobre qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria, ou pelo conselho fiscal.

CAPITULO VI

Administração do banco

Art. 14.º O banco será administrado em todos os seus negocios por uma direcção composta de tres membros: presidente, secretario e thesoureiro.

§ 1.º O presidente perceberá o honorario de seis centos mil réis mensaes (600\$) e o secretario e thesoureiro quatrocentos mil réis (400\$), também mensalmente.

§ 2.º Cada director caucionará no Banco, segundo a lei, cincoenta acções (50), como garantia durante o tempo de sua gestão, lavrando-se para isso o respectivo termo.

Art. 15.º A eleição da directoria será feita em assemblea geral por maioria de votos, o em escrutinio secreto.

Art. 16.º O mandato da directoria será de seis annos (6), podendo no fim deste prazo ser reeleita no todo ou em parte, sendo, porém, sómente de 4 annos o mandato da reeleição.

Art. 17.º A directoria deliberrará validamente em sessão, prevalecendo a maioria dos directores.

Art. 18.º São attribuições da directoria:

§ 1.º A execução fiel dos presentes estatutos.

§ 2.º Nomear e demittir os empregados, fazer-lhes os vencimentos, e estipular-lhes a fiança que devem prestar.

§ 3.º Determinar a taxa dos descontos e dos empréstimos, fixar o premio do dinheiro que se receber em conta corrente, ou por letra.

§ 4.º Estabelecer as condições dos recebimentos, permanencia, e retirada dos depositos.

§ 5.º Fixar o maximo do credito das firmas com quem poderá negociar o banco.

§ 6.º Determinar o montante dos empréstimos a fazer.

§ 7.º Propor á assembléa geral as alterações que julgar necessarias nestes estatutos.

§ 8.º Organizar e apresentar á assembléa geral o balanço annual de todas as operações do banco.

§ 9.º Convocar a assembléa geral ordinaria, e extraordinaria quando for necessario.

Art. 19. Ao presidente compete:

§ 1.º Presidir as sessões da directoria e, na qualidade de orgão della, executar e fazer executar suas deliberações e da assembléa geral e os presentes estatutos, e tomar diariamente conhecimento das operações do banco.

§ 2.º Assignar os balancetes e balanços que tenham de ser publicados, as procurações e contractos, com o secretario, os titulos representativos das acções de responsabilidade do banco, seus cheques, letras e endossos, e creditos que forem abertos ou concedido.

§ 3.º Apresentar á assembléa geral em nome da directoria, o relatório annual das operações do banco.

§ 4.º Representar o banco em todas as suas relações, sendo-lhe facultado constituir mandatários.

Art. 20. Ao secretario compete:

Paragrapho unico. Substituir o presidente em seus impedimentos temporarios, ter a seu cargo o livro de actas das sessões da directoria, assignar com o presidente os titulos representativos das acções, e os descriptos no § 2º do art. 19.

Art. 21. Ao thesoureiro compete:

§ 1.º Assignar, receber e conservar sob sua guarda todos os valores do banco.

§ 2.º Recolher a um banco os dinheiros em caixa, quando o julgar conveniente, segurar os valores e objectos susceptíveis de seguro, tanto do banco como de terceiros.

CAPITULO VII

Do conselho fiscal

Art. 22. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e seis suplentes eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria de entre os accionistas que devem possuir durante o mandato, pelo menos, 25 acções, e poderão ser reeleitos, sendo retribuido cada membro do conselho fiscal em exercicio com a quantia de cem mil réis (100\$) mensaes.

Paragrapho unico. O conselho fiscal fará lavar actas das suas reuniões, que serão assignadas pelos membros presentes.

Art. 23. Compete ao conselho fiscal examinar, nos tres mezes que precederem, o balanço do 2º semestre, os livros e documentos do banco, verificar o estado da caixa afim de formular o seu parecer, que deverá ser entregue á directoria, para ser publicado e anexo ao relatório annual.

Art. 24. Compete-lhe mais o direito de consultar a directoria, sempre que o julgar necessario, e o de convocar a assembléa geral dos accionistas, quando achar motivos graves e urgentes, podendo fazer directamente a convocação, si a directoria a isso si recusar.

CAPITULO VIII

Do fundo de reserva e dividendos

Art. 25. O fundo de reserva é destinado exclusivamente a reparar as perdas que possam verificar-se no capital do banco, o será constituido com 10 % dos lucros liquidos, verificados semestralmente.

Paragrapho unico. Enquanto o fundo de reserva não attingir a somma de duzentos

contos de réis (200:000\$), poderá a directoria augmentar a porcentagem consignada neste artigo.

Art. 26. Dos lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas no respectivo semestre, e depois de feitas as deducções determinada; pelos estatutos ou pela assembléa geral, será tirada a somma fixada para dividendos aos accionistas, e mais 3 % para ser repartido igualmente entre a directoria, passando o saldo restante para a conta de lucros suspensos.

Art. 27. Não se fará distribuição de dividendo, quando porventura se tenha verificado perdas que desfalquem o capital social, e em quanto este não tiver sido integralmente restituido.

CAPITULO IX

Disposições geraes e transitórias

Art. 28. O banco fica sujeito á legislação que rege as sociedades anonymas, e a mais em vigor, e por ella se regulará em todos os casos omissos nestes estatutos.

Art. 29. O anno social principiará no dia subsequente ao da assembléa constitutiva, e findará em 30 de junho de 1891.

Art. 30. Os accionistas aceitam e reconhecem a responsabilidade que lhes cabe por lei, e bem assim approvam todas as disposições dos presentes estatutos, e os assignam, e nomeiam para os cargos de directores, durante os primeiros seis annos, os seguintes señhores:

Presidente, João Rodrigues da Silva.

Secretario, José Gonçalves da Motta.

Thesoureiro, Manoel Joaquim Gonçalves Pereira.

Conselho fiscal

Eugenio de Souza Fernandes Passos.

Manoel Augusto de Medeiros,

Faria & Lopes.

Suplentes

Francisco da Silva Mourão.

J. J. Torres & Comp.

Bento Lopes do Nascimento Guimarães.

Joaquim de Souza.

Francisco Antonio Monteiro.

Manoel José Gonçalves Pereira.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1890.

(Seguem-se as assignaturas.)

Certifico que foram archivados nesta repartição sob n. 892 em virtudd do despacho da Junta Commercial os estatutos do Banco Alliança do Brazil, e mais documentos exigidos pela lei.

Pagou pelas estampilhas abaixo colladas 5\$ de sello na conformidade do aviso do Ministerio da Fazenda de 20 de abril de 1885, e \$200 da taxa adicional de 5 %.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 24 de julho de 1890.— O secretario, Cesar de Oliveira.

Achavam-se duas estampilhas do valor de 5\$200 devidamente inutilizadas, e ao lado o grande sello da Junta Commercial em alto relevo.

Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu

Certifico que foram archivados hoje nesta repartição sob o n. 891, em virtudd do despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu e mais documentos exigidos pela lei; pagou pelas estampilhas abaixo colladas 5\$ de sello, na conformidade do aviso do Ministerio da Fazenda de 20 de abril de 1885 e \$200 da taxa adicional de 5 %.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 24 de julho de 1890.— O secretario Cesar de Oliveira.

Achavam-se devidamente inutilizadas duas estampilhas do valor de 5\$200 e ao lado o grande sello em alto relevo da Junta Commercial,

Companhia Centro Industrial da Chapelaria (C)

Certifico que foram hoje archivados nesta repartição, sob n. 893, em virtudd de despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia Centro Industrial da Chapelaria e mais documentos exigidos pela lei.

Pagou pelas estampilhas abaixo colladas 5\$ de sello, na conformidade do aviso do Ministerio da Fazenda de 20 de abril de 1885 e \$200 de taxa adicional de 5 %.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 24 de julho de 1890.— O secretario, Cesar de Oliveira.

Achavam-se competentemente inutilizadas duas estampilhas no valor de 5\$200, e mais o sello da Junta Commercial em alto relevo.

(*) Os estatutos desta companhia já foram publicados no dia 2 do corrente mez.

ANNUNCIOS

Imprensa Nacional

Acham-se á venda nesta repartição as seguintes obras:

Livros para registro de nascimentos, casamentos e obitos, cada um ...	4\$000
Relação dos cidadãos qualificados eleitores em 1890 na parochia do Sacramento.....	\$200
Idem, idem na de S. José.....	\$200
Idem, idem na da Candelaria.....	\$200
Idem, idem na de Santa Rita.....	\$200
Idem, idem na de Sant'Anna.....	\$200
Idem, idem na de Santo Antonio....	\$200
Idem, idem na da Gloria.....	\$200
Idem, idem na do Espirito Santo...	\$200
Idem, idem na da Lagca.....	\$200
Idem, idem na da Gavea.....	\$200
Idem, idem no Engenho Novo.....	\$200
Nova legislação sobre sociedades anonymas e hypothecas.....	1\$000
Decreto n. 169 de 18 de janeiro de 1890, reorganiza o serviço sanitario.....	\$500
Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, primeiro fasciculo, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889.....	3\$000
Ditos, primeiro dito, de 1 a 31 de janeiro de 1890.....	2\$000
Ditos, segundo dito, de 1 a 28 de fevereiro de 1890.....	1\$000
Constituição Americana.....	\$500
> Suiza.....	\$500
> Argentina.....	\$500
Pacto de União Provisorio dos Estados Unidos da America Central...	\$200
Tarifa das alfandegas de 1887 (reimpressão).....	5\$000

PRIVILEGIOS

JULES GÉRAUD, á rua do Rosario n.43, encarega-se de obter privilegios no Brazil e no estrangeiro.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Pode ser tomada em qualquer tempo, mas termina sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 20 de julho de 1889.